

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**



**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA**

**28 DE ABRIL DE 2006**

No dia 28 de Abril, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- 1.º Período de Intervenção Aberto ao Público;
- 2- Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art. 53º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;
- 3- Relatório e Conta de Gerência de 2005 – CMM;
- 4- Relatório e Conta de Gerência de 2005 – SMA;
- 5- Inventário do Município 2005;
- 6- Projecto de Regulamento de Utilização dos Ecocentros de Mirandela e Torre D. Chama;
- 7- Integração da Freguesia de Carvalhais no Perímetro Urbano da Cidade de Mirandela;
- 8- Outros Assuntos de Interesse para o Município;
- 9- 2.º Período de Intervenção Aberta ao Público.

**Constituição da Mesa:**

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1º. SECRETÁRIO.....	Jorge Manuel Pereira
2º. SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

**Verificação de presenças:**

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 69 membros no decorrer da sessão.

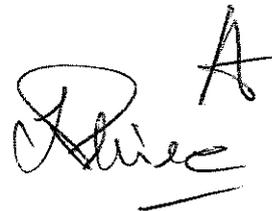
**Membros em falta:**

Francisco Paradela Monteiro, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, Leonel Horácio Almendra Xavier, Jorge Augusto Costa, José Eduardo Gomes de Almeida e Maria de Fátima C. E. Santos.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Bom dia, vamos dar início à nossa sessão, eu dirigia os meus cumprimentos ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que hoje substitui o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela que está a acompanhar a visita do Sr. Primeiro-Ministro. Cumprimento também os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados de todos os Grupos Municipais, o público e a comunicação social, declarando abertos os trabalhos.

**Pelo 1.º Secretário foram prestadas as seguintes informações:**



**1. Correspondência recebida:**

- Deco: fax de 6 de Março, questionários sobre incentivos à interioridade.
- Universidade Independente: carta sobre 7.º Curso de Pós Graduação em Gestão Autárquica. Avançada.
- Grupo Parlamentar do PSD: carta de 15/03/06, acusa recepção de Moção respeitante ao encerramento da maternidade de Mirandela.
- Grupo Parlamentar do CDS/PP: carta de 15/03/06, acusa recepção do n/ofício de 10/03/06 – Moção sobre maternidade e carta de 06/04/06, acusa recepção do n/ofício de 31/03/06, respeitante à agricultura transmontana.
- Grupo Parlamentar do PCP: cartas de 17/03/06 e 07/04/06 acusa recepção de Moções.
- Grupo Parlamentar do PS: carta de 28/03/06, acusa recepção de Moção.
- Gabinete do Primeiro Ministro: ofício de 17 de Março a acusar a recepção da n/carta de 10/03/06 e ofício de 20/03/06 a acusar a recepção da n/carta de 14/03/06.
- Gabinete do Presidente da Assembleia da República: acusa recepção de Moção, respeitante à Maternidade de Mirandela.
- Gabinete da Casa Civil do Senhor Presidente da República: acusa recepção de moção respeitante à Maternidade de Mirandela.
- Presidente da Junta de Freguesia do Franco: pede explicação sobre os valores creditados na conta bancária.
- Grupo Parlamentar dos Verdes: encerramento das Linhas Férreas.
- Santa Casa da Misericórdia de Mirandela: convite para as cerimónias da Semana Santa.
- Deputado Maximino Monteiro: falta de documentos nas Convocatórias da A.M.
- ISCTE: convite - Associação de Agências Anti Corrupção Europeia.
- Governo Civil de Bragança: convite do para a cerimónia de apresentação do dispositivo distrital de combate a incêndios.
- Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela: informando de que nesta reunião se faz representar pela sua substituta legal e Secretária da Junta de Freguesia, Ana Maria Fraga Lisboa.
- Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Velho: informando de que nesta reunião se faz substituir pelo seu substituto legal e Secretário da Junta de Freguesia, Mário António Fontoura Cunha.

**O Secretário da Mesa Jorge Manuel Pereira**, chamou também a atenção para a necessidade de justificação de faltas, dado que se verificou na reunião de Fevereiro um número significativo, em contrapartida foram justificadas muito poucas.

**2. Justificações de faltas:**

**À Reunião de 17 de Fevereiro de 2006**

- Otília Lima (motivos profissionais)
- António Joaquim Pereira Figueiredo (motivos profissionais)
- José António Ferreira (motivos profissionais).

**À Reunião de 28 de Abril de 2006**

- Luís Manuel P. Sousa (motivos profissionais).
- Maria Fátima Encerrabodes Santos (motivos profissionais).
- Leonel Horácio Xavier (motivos de doença).

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade justificar as faltas mencionadas.**

**3. ACTAS:**

**DE 22/12/2005**

**Votação:**

Votos Contra.....0  
Abstenções.....0  
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta de 22/12/2005.**

**DE 17/02/2006**

**Votação:**

Votos Contra.....0  
Abstenções.....0  
A Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta de 17/02/2006.**

**Comissão Permanente da Assembleia Municipal**

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, disse que depois de acordada a sua constituição quanto ao número de elementos a integrar, foram indicados os seguintes nomes:

Presidente da Assembleia Municipal (Inerência)  
Dinís Humberto Veiga  
Humberto António Cordeiro  
Elina Marlene S. Fraga  
Aníbal Costa Garcia  
Jorge Augusto Costa  
David Martins Garrido

**Votação:**

Votos Contra.....0  
Abstenções.....0  
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a aprovação da constituição da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.**

**Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal**

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, disse que pelos diversos partidos representados na Assembleia, foram indicados os seguintes nomes:

Presidente da Assembleia Municipal (Inerência)  
Dinís Humberto Veiga

Humberto António Cordeiro  
Elina Marlene S. Fraga  
Aníbal Costa Garcia  
Jorge Augusto Costa  
David Martins Garrido



**Votação:**

Votos Contra.....0  
Abstenções.....0  
Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a aprovação da constituição da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.**

**PONTO N.º 1 - 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

**O Cidadão Carlos José Fraga, residente em Mirandela, autorizado pelo Sr. Presidente, disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Vereadores da oposição e Senhor Vice Presidente da Câmara e restantes Vereadores do Executivo Municipal, srs. Deputados Municipais, estamos em Abril Senhor Presidente da Mesa, passou há dias mais um aniversário, o 32.º do aniversário da Revolução do 25 de Abril, portanto permita-me fazer de facto uma saudação democrática a todos os elementos aqui presentes, que nasceram de facto com Abril e nomeadamente lembrar que o poder autárquico é um poder instituído por Abril, não estará perfeito, certamente terá que haver um esforço de todos aqueles que são instituídos nos cargos de governação e também de todos os cidadãos, uma palavra pois de estímulo, salvo erro para o primeiro Presidente eleito democraticamente nesta Câmara Municipal e presente hoje também nesta Câmara como deputado municipal, o Sr. Dr. Maximino, um outro grande resistente o Sr. Presidente Marcelo Jorge Lago, também presente nesta Câmara, que hoje é Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, lembrar também o saudoso Dr. José Gama que infelizmente já não está entre nós, que tanto fez por esta terra e o actual Presidente que por circunstâncias que já foram explicadas, o Sr. Dr. José Silvano, que também ele é um resistente porque já há bastante tempo que está à frente do nosso Município. Certamente todas estas pessoas e outras, lembro o Sr. Professor Dinis também deputado municipal, Presidente desta Assembleia durante muito tempo, também ele um resistente democrático, no bom sentido e todos nós temos que ser resistentes democráticos. O Sr. Garrido também, da CDU. E depois destas palavras eu queria dizer em resposta, se me é permitido, à minha intervenção que aqui tive na última Assembleia Municipal, a Sr.ª deputada Elina Fraga, ficou indignada, é o termo. Eu fiquei mais indignado ainda, porque ela constituiu-se, não tendo o assunto inerente feito referência à sua pessoa, mas a uma outra pessoa, com a liberdade que me é permitido neste clima democrático e de abertura e de frontalidade, a senhora deputada imediatamente se constituiu como que advogada de defesa e só faltou ser aqui juiz ou juíza em causa própria.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse,**

Senhor Fraga permita-me que o interrompa para chamar à atenção do seguinte, o período de intervenção aberto ao público trata objectivamente de assuntos de interesse do Município, o Sr. Fraga está a intervir em relação directa aos representantes municipais. Pedia-lhe o favor de ser objectivo e conciso.

Senhor Presidente, agradeço a sua interpolação e sejamos todos um bocadinho tolerantes e democratas. É que o cidadão serve para votar, mas depois aqui nesta Câmara não tem direito ao contraditório. Então eu queria perguntar se existe alguma secção de apoio a funcionar à Assembleia Municipal? Não sei se existe porque já tive dificuldade, já procurei e não tenho resposta. E se existe, perguntar-lhe se a agenda de trabalhos com a respectiva documentação poderá ser consultada nos termos e para os efeitos definidos na lei, isto é, em qualquer dia útil como é óbvio. Eu não sei, pergunto, acho que mais conciso e objectivo do que isto não posso ser.

A segunda questão vai então hoje para o Senhor Vice Presidente da Câmara, como todos certamente estarão recordados, na última Assembleia que aqui decorreu, eu falei de um problema



de entulhos, de lixo junto à Escola Preparatória. Na altura tinha Rua da Misericórdia, passados dois dias estava lá a placa Rua da Escola Preparatória junto a um recipiente que era da Dourogás que entretanto foi retirado não sei porquê, qual o motivo. O entulho e o lixo, continuam no meio daquele largo da via pública que tanta dificuldade, tanto transtorno dá, dado o espaço exíguo, para os pais, para os professores, para o pessoal auxiliar, para fazer manobras com veículos. Eu pergunto porque é que desde Fevereiro até hoje não removeram o lixo? Eu até dou aqui uma sugestão, se não tiverem trabalhadores à altura, no dia 1.º de Maio que vai ser próximo dia do trabalhador, eu disponibilizo-me. A Câmara que dê o material, as pás, um dunter e eu disponibilizo-me, vou para lá, arregaço as mangas e ajudo a tirar aquele lixo porque de facto faz transtorno a toda a gente que frequenta a Escola Preparatória, dado o espaço exíguo, portanto era este alerta, não vale a pena vir a esta Assembleia dizer só umas coisas engraçadas Sr. Presidente. É preciso sermos objectivos. Pronto, eu não me alongo mais. Muito obrigado e bom dia.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:**

Muito obrigado também Sr. Fraga pela sua objectividade e pelo respeito do tempo, eu vou então responder-lhe à pergunta que me fez, procurando ser também objectivo e rápido. De facto tem sido preocupação da Mesa desta Assembleia, sobretudo do Sr. Presidente, a concretização de um gabinete de apoio, de um espaço físico devidamente apetrechado e equipado para que possa responder de um modo rápido, eficiente e claro às necessidades e às dúvidas dos munícipes. Esse tem sido o nosso objectivo e o nosso labor. Como o Sr. sabe, sei que tem vindo regularmente, nesse aspecto é um munícipe exemplar, tem vindo e participado activamente até de um modo que poderia servir para terceiros, às nossas Assembleias. Existe actualmente um espaço neste próprio edifício, destinado à Assembleia, que será o gabinete do Presidente e dos Senhores Secretários e também aberto, naturalmente aos representantes como ainda há bocado eu falava a um dos Srs. Representantes dos Grupos Municipais, devidamente equipado, com mobiliário, com telefone, com pessoas para o efeito e que eu espero que sirva Mirandela a curto prazo, portanto nas próximas semanas eu tenho a certeza que poderá o Sr. Fraga ou qualquer Munícipe dirigir-se ao gabinete, como sabe esse assunto tem sido tratado aqui nesta Assembleia e eu espero que ele sirva de facto de um modo elevado, de um modo apropriado os interesses dos nossos Municípios. Pedia então ao Sr. Vice Presidente se está em condições de dar informação ao Sr. Fraga sobre as questões dos arruamentos.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse:**

Permitia-me começar por saudar todos os Membros da Assembleia, a Mesa respectiva e os meus colegas de Vereação e saudar também o Sr. Fraga porque hoje em dia é quase um membro desta Assembleia, de tal maneira nos habituou às suas intervenções. Queria saudá-lo, acho que isso é realmente um sinal de Abril.

Gostava também de começar por pedir desculpa pela ausência do Senhor Presidente, como já foi aqui afirmado, que por motivo da visita do Primeiro-Ministro ao nosso Distrito estará hoje ausente em trabalhos durante todo o dia.

Gostava também de pedir desculpa a todos os membros da Assembleia por esta panóplia de equipamentos que aqui vêm hoje instalados, computadores, pequenos portáteis, trabalhadores, mas trata-se de um trabalho que estamos a realizar no âmbito deste auditório, que é o estabelecimento de uma rede wifi para acesso à Internet, que irá permitir a todas as pessoas que frequentam este auditório, aceder directamente à Internet, consultar os seus emails e outras situações, sempre que cá se desloquem. Como é evidente esta é uma das actividades principais, nós vamos testar hoje a rede e vamos tentar ver se isto funciona para que de futuro os Senhores que aqui se desloquem e queiram trazer os seus elementos informáticos, o possam fazer com todo o à vontade.

Passando em específico à questão do Sr. Fraga, gostava de lhe dizer que a situação que elencou refere-se a uma situação da empresa de gás que anda a trabalhar nesta cidade. Temos tido graves dificuldades, não vale a pena escondê-lo, acho que é visível na cidade toda, há reposições que estão a ser feitas agora, depois de meses de intervenção, tem havido uma grande dificuldade de relacionamento com ela. A Câmara neste momento caucionou um conjunto de intervenções para salvaguardar essa questão das infraestruturas e temos uma dificuldade de resposta bastante grande. O que não lhe permito é que insulte os funcionários desta casa, porque todos nós temos que pensar quando fazemos uma crítica desse estilo. O espírito de Abril permite-nos criticar, é verdade, mas em princípio é preciso ter dados objectivos e é uma injustiça muito



grande, para um determinado conjunto de serviços que todos os dias faz retiradas de lixeiras que no dia seguinte são repostas, todos os dias retira cartazes que são colocados nesta cidade nas ruas e ninguém repara nisso, porque muitas das vezes às horas que saímos de casa já eles estão retirados e foram colocados durante a noite e julgo que isso é uma grande injustiça. Agora o que a Câmara não faz é assumir a responsabilidade de uma empresa que tem obrigação de o fazer. Como digo mais uma vez e não vou pôr sequer em causa essa questão, temos tido graves problemas com a empresa que anda a estabelecer as condutas de gás, há situações mais correctas como aconteceu agora na Rua da República, mas há outras situações que se têm prolongado. Foram chamados à atenção mais uma vez, foram penalizados, há coimas que foram aplicadas e nesse sentido agradeço a sua chamada de atenção, serão mais uma vez chamados também eles à atenção, o que lhe agradeço é que não ponha em causa os funcionários porque eles não o merecem.

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### **Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

#### **Voto de Pesar**

Professor Luciano Lopes Prada, nasceu em 03/03/40 e faleceu em 03/04/06.

- Foi Vereador da Câmara Municipal de Mirandela.
- Foi durante vários anos membro da Assembleia Municipal.
- Foi o mentor e fundador da Casa do Professor em Mirandela.
- Foi membro dos Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela.
- Foi Coordenador Concelhio de Educação de Adultos, lugar que desempenhou com uma grande componente cultural.
- Nos cursos administrados em várias localidades fez renascer usos, costumes e tradições antigas já esquecidas.
- Foi o criador de várias Associações Culturais espalhadas pelo Concelho.
- Foi um apaixonado pela arqueologia, realizando um trabalho de pesquisa no mundo rural.
- Enfim, foi um homem que dedicou muitas horas de trabalho em prole do desenvolvimento do nosso concelho.

Por tudo isto, o grupo parlamentar do PSD, reunido em Assembleia Municipal de 28/04/06, propõe:

- Um minuto de silêncio pelo falecimento do Prof. Luciano Lopes Prada.
- Que esta proposta seja enviada à viúva e filha do falecido, com as condolências dos Membros da Assembleia Municipal.

Mirandela, 28 de Abril de 2006

P'O Grupo Parlamentar do PSD

---

(Dinis Veiga).

### **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

A CDU subscreve inteiramente este voto de pesar do PSD.

### **Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

Bom dia a todos e antes de mais venho referir-me concretamente à perda do nosso conterrâneo e amigo Professor Prada. Sem dúvida nenhuma que Mirandela perdeu uma referência muito importante. Foi um homem que deu a este Concelho, a esta terra, muito do seu esforço, muito do seu saber. Curvamo-nos todos perante a memória dele. O Grupo do CDS/PP não podia de maneira alguma deixar de se associar a todos quantos têm manifestado este pesar pela perda deste ilustre Mirandelense.

**Deputado Municipal Adérito Pires (PS)**



Senhor Presidente, já que é a primeira intervenção, permita-me antes de me pronunciar sobre este voto de pesar, que quebre as regras protocolares e que cumprimente antes de mais aqueles que apesar de serem poucos mas não tendo a obrigação estrita de aqui estarem presentes, querem com a sua presença manifestar preocupação pelo acompanhamento dos trabalhos agendados para o dia de hoje, estou naturalmente a referir-me ao público, que são no fundo eles os fiscais da nossa actuação e neste cumprimento, também um agradecimento pela presença, porque há-de ser sempre um estímulo para nós a participação, quer através das questões que aqui levantam, quer através desta preocupação que eles têm em acompanhar os trabalhos.

Cumprimento também o Sr. Presidente, cumprimento os restantes membros da Mesa, os Srs. Vereadores, as Senhoras e os Senhores deputados.

Em relação a este voto de pesar, já que é sobre ele que estamos a tratar, naturalmente que o Partido Socialista acompanha este voto que aqui é trazido pelo PSD, subscreve na íntegra, naturalmente o Professor Prada é um homem da terra, um homem que se preocupou com a terra e naturalmente nós não nos podíamos alhear a este voto de pesar. Vamos votá-lo favoravelmente.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

**Votação:**

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Voto de Pesar.**

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Renovo os votos de bom dia a todos. Eu tinha aqui dois assuntos a apresentar, o primeiro, aliás já foi referido por um elemento do público, é o 25 de Abril. E a Câmara em boa hora levou a efeito no dia 24 de Abril nesta sala um espectáculo mas foi pena que a população e muitos dos elementos da Assembleia não tenha aderido. Não sei as razões nem me interessam, interessa-me a mim é que o 25 de Abril não seja esquecido. Aliás na própria cerimónia do hastear da bandeira também eram parcas as pessoas presentes e é pena, é pena porque o facto de estarmos aqui a falar, dizermos o que pretendemos, construirmos a democracia, deve-se em grande parte ou em todo ao 25 de Abril. Eu trazia aqui uma moção que na altura seria votada e queria ler.

**Moção**

Em 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas derrubou o Governo que oprimia o povo português e os povos das colónias.

A Revolução de Abril foi a mais profunda e a mais popular das revoluções portuguesas. Trouxe ao povo português e às classes mais desfavorecidas as maiores conquistas democráticas de mais de oito séculos: pôs fim à guerra colonial; instaurou um regime de liberdades, garantias e direitos políticos, cívicos, culturais, sindicais e laborais; pôs fim ao condicionamento industrial permitindo que os empresários tivessem liberdade de investimento; etc.

Abril despontou numa Primavera a 25. Pelo País, Abril fez-se com capitães, soldados, cravos, povo, muito povo.

Hoje, 32 anos passados, à nossa volta vemos que, apesar de tudo os cravos rubros não murcharam, pois ainda existem homens e mulheres que acreditam na justiça, na democracia e na liberdade.

Também em Mirandela essa vontade de justiça vai ser mais uma vez demonstrada no dia 6 de Maio, na vigília em defesa da Maternidade e do Hospital de Mirandela.

Assim, ao comemormos mais um Aniversário da Revolução dos Cravos, a Assembleia Municipal de Mirandela decide saudar os capitães de Abril e exigir da parte do Governo medidas concretas com vista ao desenvolvimento da nossa região, designadamente, entre outras: a instalação da Direcção Regional de Agricultura do Norte em Mirandela; a manutenção da Maternidade de Mirandela; um melhor apetrechamento do Hospital Distrital de Mirandela (em



meios técnicos, financeiros e humanos) e a construção das instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPB.

Esta para enviar se for aprovada, ao Senhor Primeiro Ministro e à Comunicação Social. Esta é uma moção que nós entregaremos e na altura própria será votada.

Relativamente a outras situações, perguntava ao Executivo o que é que pensa fazer e se tem conhecimento relativamente àquilo que se passa no Cachão. Nós sabemos que existe lá uma unidade a laborar de extracção de óleos mas quando o tempo arrefece há uma nuvem de pó e umas coisas pretas que se entranham na roupa, que se entranham nas casas, entram pelas janelas dentro. Eu gostava de saber o que se pensa fazer, provavelmente a Câmara tem conhecimento, o que é que se pensa fazer para diminuir aquela poluição atmosférica, que de facto em contacto com as populações do Cachão, eles me chamaram à atenção sobre esse problema que parece ser grave.

Uma outra pergunta que eu pretendia fazer é em que ponto está o Centro de Saúde, o novo Centro de Saúde a ser construído. É um empreendimento de um avultado valor e nós gostaríamos de saber como é que as coisas estão, face às tantas peripécias que têm encontrado. Já agora, pedia ao Executivo, que me tinha sido prometido na última Assembleia mas que não foi enviado, o estudo prévio, quer da variante, quer do acesso Este a Mirandela, que ficou em acta. Disse que mandava por correio mas depois provavelmente por uma razão qualquer não foi enviado e se era possível enviar.

E agora dirigia-me à Mesa. Antes do início dos trabalhos foi lida a correspondência recebida. Aquilo que eu pergunto é: essa correspondência é de acesso aos elementos da Assembleia Municipal? Porque há correspondência, como me apercebi, que é dirigida ao Sr. Presidente ou à Mesa da Assembleia Municipal, que parece ser de correspondência privada, correspondência particular. É assim ou não é assim? Todos nós poderemos ter acesso a esse tipo de correspondência. Era isto que eu tinha para dizer para já, muito obrigado.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado também. Dr.<sup>a</sup> Alexandra, quer usar agora da palavra? Então faz favor.

**Deputada Municipal Alexandra Prada (PSD):**

Bom dia a todos. Em meu nome e em nome da minha mãe agradeço profundamente o voto de pesar unanimemente aprovado por esta Assembleia. Aproveito ainda o momento para agradecer a forma sentida a todos aqueles que estiveram connosco durante a sua doença e na hora das suas cerimónias fúnebres. Bem hajam a todos.

**Deputado Municipal Adérito Pires (PS):**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como já foi assinalado, estamos como sou dizer-se no after day. Neste caso três dias depois da data assinalada e também porque esta Assembleia talvez ao contrário daquilo que seria de justificar, não tomou qualquer iniciativa que assinalasse esse momento e porque esta é a primeira reunião que se segue, julgo também oportuno deixar aqui em nome do Partido Socialista, uma saudação ao 25 de Abril. Ao 25 de Abril por aquilo que é em momento histórico, por aquilo que representa para Portugal e também uma saudação a todos aqueles que contribuíram para que efectivamente Abril fosse possível e dizendo isto com este significado de que o 25 de Abril e por isso se pode evocar nesta Assembleia, não é de ninguém em particular, é de todos, nem sequer nenhum partido pode reivindicá-lo como sendo exclusivo de si próprio, é de Portugal. E de resto se assim é verdade, se é de todos, também julgo que todos estaremos de acordo com o espírito de Abril, porque se é verdade que poderá haver uma ou outra pessoa, poucos julgo eu, que o critiquem, esses são porventura os maiores defensores do 25 de Abril, porque eles sem se aperceberem, ao criticar estão também já a ser os usufrutuários do 25 de Abril. E aproveitava também aqui Sr. Presidente, para que se fosse possível, no próximo ano, esta Assembleia, por estas razões e por aquilo que representa o 25 de Abril, não deixasse de assinalar, nomeadamente através de uma sessão comemorativa, essa data histórica tão importante na vida de todos nós. E julgo que bem se justificaria, porque esta



Assembleia, de resto como todas as Assembleias do País, o poder local, são também eles uma conquista do 25 de Abril. Fica a proposta Sr. Presidente.

Por outro lado, julgo que também é incontornável nesta Assembleia tratar de um tema quente que é discutido no Distrito de Bragança, em Mirandela e em todos os concelhos do Distrito de Bragança e que tem justamente a ver com as maternidades localizadas em Bragança e em Mirandela, justamente quando se fala dessa proposta do Ministério da Saúde de fundir numa só ambas as maternidades com base num estudo de uma qualquer comissão nacional, que tinha essa pretensão. Eu julgo que esta Assembleia deve manifestar as suas preocupações não só junto do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, mas também inclusivamente junto do próprio Ministério da Saúde, porque esta decisão deixa de facto apreensiva toda a gente que trabalha no Hospital, médicos, enfermeiros, pessoal administrativo, mas deixa também preocupadas as populações, não apenas a de Mirandela e de Bragança, mas de todo o Distrito e de facto a nossa posição é esta, é de que devem funcionar, devem continuar a funcionar as duas maternidades e desde logo por uma questão de solidariedade no Distrito, para que de facto as populações de Freixo que já hoje percorrem 90 Km. para vir a Mirandela e estradas sinuosas, não tenham que percorrer 150 km para irem a outra localidade, se esta encerrar ou para que as populações de Miranda do Douro não tenham que percorrer igual distância se efectivamente não puderem ir a Bragança. Julgo que esta é uma questão de solidariedade, mas também uma questão de justiça, dada a dispersão geográfica do nosso Distrito, julgo que é de facto a decisão acertada, a decisão justa, seria de manter as duas maternidades e confesso-vos que eu estou esperançado que essa vai ser a decisão final do Conselho de Administração e do próprio Ministério da Saúde. Eles vão ser sensíveis a esta questão e irão manter as duas maternidades, confesso que estou com alguma confiança, mas nestas questões, antes prevenir do que remediar e por isso devemos manifestar essa apreensão, naturalmente sem grandes alaridos, mas com firmeza, com persistência. De resto, no que nos concerne, nenhuma razão, mas rigorosamente nenhuma razão existe para que a maternidade de Mirandela encerre, quer porque Mirandela fica no coração de Trás-os-Montes, quer porque temos julgo que em equipamentos o melhor que há no Distrito e o Sr. Presidente da Assembleia nesta Matéria é um expert e contrariar-me-á se assim não for, porque tem mais partos do que Bragança e se algumas razões poderão ser apontadas por sinal diverso, pela circunstância de nós termos menos pessoal, esta também é uma razão que está a jogar a nosso favor, porque com menos qualidade temos mais produção e portanto julgo que sem escarpelizar todos os argumentos que podem funcionar a favor desta tese, julgo que de facto e porque eles são todos conhecidos, julgo que a maternidade de Mirandela, nunca poderá ser encerrada, aliás desde logo por este argumento, sabemos as estradas que temos, infelizmente, sabemos que elas muitas vezes são palcos de acidente que não se pode evitar, mas sobretudo não queremos é que elas e isso nunca poderá acontecer, que elas venham a ser no futuro, salas de parto, tal a distância que algumas das senhoras que vão dar à luz teriam que percorrer e não apenas as senhoras que vão dar à luz, porque a circunstância de haver partos a uma distância considerável, isto obriga também à deslocação dos seus familiares, dos seus amigos, nas visitas que eventualmente tenham que fazer e portanto julgo que esta Assembleia, nomeadamente através do Sr. Presidente da Assembleia, deve manifestar a preocupação do Concelho de Mirandela, que no fundo é a preocupação também do Distrito todo ele o Distrito de Bragança, manifestar a sua firmeza e há-de sabê-lo fazer com grande mestria para que essa solução seja de facto a consagrar.

Também uma outra questão que tem a ver com o Conselho de Administração Hospitalar do Nordeste. Instituído este modelo, o Centro Hospitalar não é nem de Bragança, nem de Mirandela, nem de Macedo, é do Distrito e nós não podemos de facto permitir alguns ataques que menosprezem Mirandela. Não sei se tiveram conhecimento de uma revista que foi publicada o último mês, em Março, em que na 1.ª página vêm as instalações do Hospital de Bragança na parte superior da página e depois em baixo com uma imagem mais pequenina, as imagens do Hospital de Mirandela e do Hospital de Macedo de Cavaleiros. Nós sabemos que a ofensa pode ser dirigida através de vários actos, através da palavra escrita ou oral, através de gestos, mas também através da imagem e de facto eu fiquei apreensivo quando vi essa capa dessa revista publicada pelo Centro Hospitalar. Não podemos permitir porque isso é também um sinal de ofensa sem se aperceberem. Não houve aqui uma intenção dolosa seguramente, julgo que não, mas pelo menos dizer-lhes que situações destas não voltem de facto a acontecer. Muito obrigado.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado também, tem a palavra o Sr. Dr. Maximino, por favor



**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Srs. membros da Assembleia Municipal, Sr. Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, respeitável público, Senhor representante dos órgãos da Comunicação Social.

Eu tinha uma intervenção de fundo para fazer, mas dada a ausência do Sr. Presidente da Câmara, não a farei hoje, fá-la-ei na próxima sessão. De qualquer modo não queria deixar passar sem trazer aqui à Assembleia alguns assuntos que me parecem absolutamente pertinentes e começo exactamente pelo assunto que foi aqui levantado pelo Partido Socialista e ainda bem que temos ao menos conhecimento que o Partido Socialista está também deste lado da barricada na defesa dos interesses do Concelho e do Nordeste Transmontano. Felicito o Partido Socialista por isso.

Mas não há dúvida nenhuma, uma vez que temos aqui hoje o Sr. Primeiro Ministro, é uma oportunidade soberana para, deixem-me empregar a expressão, encostá-lo à parede e dizer-lhe qual é a posição relativamente a estes dois assuntos prementes que se relacionam com as maternidades de Mirandela e Bragança. Todos nós sabemos, o CDS/PP já manifestou a sua opinião, que fazem falta as duas, não vamos agora deixar Bragança só e depois esquecemos de Mirandela. Não há dúvida nenhuma que precisamos das duas maternidades, elas são fundamentais para este Distrito e aqui tem que ser ponto assente e os autarcas deste Distrito têm que ser frontais hoje com o Sr. Primeiro Ministro e dizer-lhe que não podem de maneira nenhuma aceitar que a solução seja outra. É uma oportunidade soberana para lhe dizer aquilo que pensam as gentes do Nordeste. Já basta de tanta situação que nos envergonha. Na verdade isto não pode continuar assim e leva-me a levantar aqui outra questão. Macedo há 10 anos ficou sem a PSP e eu pergunto, o que se passa em relação a Mirandela? Será uma paz podre? O que se passa com a PSP de Mirandela? Vai sair, não vai sair? Outro tema que me parece absolutamente pertinente para levantar hoje na reunião que vão ter com o Sr. Primeiro Ministro.

E finalmente queria levantar outro problema que se prende com uma notícia que já é do vosso conhecimento. Eu refiro-me concretamente aos Srs. Presidentes das Juntas que tem a ver com aquilo que se prevê sejam no futuro as Juntas de Freguesia deste País. Eu vou ler-vos a recomendação que o Grupo do CDS/PP tem para apresentar à Assembleia.

**Proposta**

Veio o Governo lançar recentemente a questão da reorganização administrativa do País em geral e das freguesias em particular.

O CDS/PP não contesta a premência de reformas nesta área, mas não pode afastar alguma preocupação com o método que, aparentemente, o Governo privilegia para atingir uma nova organização autárquica.

De facto, o anúncio na comunicação social de ideias desgarradas e a ausência de qualquer plano de trabalho conjunto com as autarquias e as Assembleias Municipais em particular, não auguram nada de bom.

Tendo por base as recentes decisões economicistas do Governo que procuram reforçar os factores de interioridade, aumentar a desertificação do mundo rural e em particular o interior transmontano e acentuar as assimetrias regionais, é nosso entendimento que, mais que estabelecer limites para o número de habitantes de cada freguesia ou quaisquer outras limitações "matemáticas", é crucial encontrar o modelo de gestão autárquica com a definição de meios e competências que garantam a eficiência no uso dos recursos públicos mas no respeito pela diferença das comunidades envolvidas no processo.

Assim, vem o CDS/PP propor que a Assembleia Municipal de Mirandela recomende que:

1. O Governo promova a consulta às associações que representam as autarquias, nomeadamente, a ANMP e ANAFRE e a audição das Assembleias Municipais, em particular a Assembleia Municipal de Mirandela;

2. A Câmara Municipal de Mirandela promova um debate alargado envolvendo as Freguesias do Concelho;

3. Que seja constituída uma Comissão de Acompanhamento, composta por Deputados Municipais e Presidentes de Junta, representando todos os grupos políticos, para que seja a



interlocutora privilegiada do debate e do acompanhamento de todo o processo de reorganização administrativa.

Pelos deputados do CDS/PP. Deixo realmente esta recomendação que entregarei à Assembleia Municipal. Muito obrigado.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

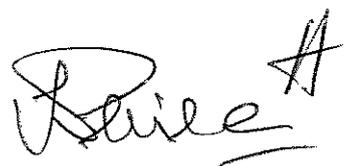
Muito obrigado também. Faltam três intervenções das inscrições que a Mesa recebeu previamente e eu aproveitava então para dar resposta às questões que aqui foram levantadas. Desde logo ao Sr. David Garrido do Partido Comunista sobre a correspondência. Não há da parte do Presidente da Mesa da Assembleia nem dos Srs. Secretários qualquer entendimento de pessoalizar ou de tornar sigilosa a correspondência. A correspondência que os Municípios ou Associações ou Instituições dirigem à Assembleia Municipal de Mirandela, é uma correspondência aberta, são assuntos abertos, que segundo um critério que poderemos chamar universal, serão ou não trazidos a esta Assembleia, julgo que é este o entendimento. O espaço que a Assembleia já ocupa e que como eu já informei previamente na Intervenção Aberta ao Público, servirá de acesso à Assembleia e de espaço informativo, digamos assim, de resto de acordo com as normas, julgo que terá as condições suficientes para dar essas informações. A correspondência está, a documentação está aberta, portanto nós procuraremos dar o acesso possível e o melhor acesso a tudo que for solicitado.

No que respeita ao Sr. Dr. Adérito Pires do Partido Socialista sobre a questão da comemoração do 25 de Abril, deixe-me dizer-lhe que foi preocupação da Comissão Permanente de procurar comemorar a data do 25 de Abril, por razões óbvias que já aqui foram ditas e que a Mesa entende que não se deve estender, é uma data histórica de repercussão enorme, o seu efeito pedagógico deve aproveitar-se para as camadas e para os grupos etários mais jovens e portanto seria nossa vontade fazê-lo. Por razões que aqui não interessa levantar ou informar, não foi feito, talvez porque tivesse havido muito pouco tempo para preparar uma comemoração com dignidade mas no fundo registamos este sentimento, este empenhamento do Sr. Dr. Adérito e naturalmente que a Comissão Permanente saberá tratar e laborar este assunto e trazê-lo a seu tempo à Assembleia.

No que respeita às maternidades, eu louvo e estou solidário com o empenhamento do Sr. Dr. Adérito Pires do modo que aqui foi dito. Claro que há questões técnicas muito importantes, eu atrevo-me e acho que devo relembrar a esta Assembleia que foi pela nossa mão e pela nossa actividade que aqui foi efectuado neste auditório um debate que a meu ver de grande elevação e muito participado cujas intervenções fundamentais foram do Sr. Dr. Albino Aroso. Eu recordo que foi uma das 60 personalidades distinguidas a nível mundial, nesta questão da saúde da mulher e da criança e pelo Sr. Presidente da Sociedade Portuguesa de Obstetrícia, que eu julgo que foi uma iniciativa única no País e que serviu para dar informações capazes, suficientes, à população, que naturalmente tem que saber com o que joga e não viver só de exaltações e bairrismos que não levam a lado nenhum, embora devam ser aproveitados. Julgo que foi um bom passo. Portanto todos estamos de acordo com isso, penso que essa questão das maternidades é extremamente importante, quanta melhor informação e mais informação houver, porque a partir da informação podemos tomar uma opinião e uma posição pública assumida, mas naturalmente que eu estou convencido que a população Mirandelense vai acorrer à Vigília, se houver motivo para tanto, para defendermos os nossos interesses, a nossa terra, as nossas mães e os nossos filhos. Estamos numa luta comum e penso que não deveremos desarmar.

Aproveitava para dizer ao Dr. Maximino que a questão da PSP foi já aqui trazida durante a legislatura anterior. Ela passa por várias questões que naturalmente o Executivo Camarário poderá informar esta Assembleia, uma delas permite-me que eu chame a atenção da Assembleia que é esta do perímetro urbano, porque o número de cidadãos está directamente relacionado com os critérios que estão superiormente divulgados em relação à manutenção da polícia. E da minha parte, não havendo mais nada a informar, dava a palavra ao Sr. Vice Presidente para sobre as matérias que aqui foram apresentadas informar a Assembleia.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**



Eu começaria exactamente pela questão das maternidades, lembrando que neste momento decorre um processo que aqui foi transcrito hoje de unanimidade junto dos partidos políticos em defesa da mesma maternidade e que no dia 6 teremos uma vigília e agora dirijo-me particularmente aos Srs. Presidentes da Junta que é muito importante a motivação das vossas populações para esta manifestação. A manifestação é relativamente curta (cerca de uma hora) e estão a ser disponibilizados meios de transporte. Todos devem incentivar a vossa população a vir, estarem presentes nesta actividade, a população rural que vai ser a que mais vai sofrer com as alterações que vamos ter no sistema de saúde, eu gostava de aqui incentivar todos e claro também os Srs. Membros da Assembleia, mas principalmente os Srs. Presidentes da Junta para que no dia 6 tenham o maior número de pessoas possíveis cá presente. É muito importante.

Passaria a responder então às questões que foram levantadas pelo Sr. Garrido.

Em relação ao Complexo Agro-Industrial do Cachão, o problema ambiental não é localizado nessa indústria como sabe. Há um problema que tem a ver com uma etar que não está construída, está no plano de actividades das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro para ser iniciada a construção durante o segundo semestre de 2007, enfim se não houver atrasos e que dará origem à criação do sub-sistema do Cachão que incluirá também alguns adutores.

Outro problema do Cachão é o ordenamento do espaço que está neste momento em termos industriais e essa tem sido a dificuldade das empresas que estão instaladas em termos de investimento. Nenhuma empresa que está instalada no Complexo Agro-Industrial do Cachão pode aceder a um conjunto de iniciativas e fundos comunitários, uma vez que não é detentora do espaço, a maior parte das situações são de concessão. Isso tem dificultado grande parte das intervenções em termos principalmente da valorização ambiental, como é o caso do lagar ou o caso da extracção de óleos. A extracção de óleos é uma das mais particulares, porque temos o mesmo problema não só no Cachão como também na zona das Latadas. Tem havido graves problemas em termos ambientais e nomeadamente coimas e alguma perseguição. É uma actividade económica que não nos interessa perder, com toda a sinceridade, é uma actividade económica que está intrinsecamente ligada à região e é um produto de génese da região.

O quadro comunitário de apoio (temos garantias absolutas neste momento, em reuniões que foram realizadas) vai-se orientar essencialmente para a resolução de problemas ambientais exactamente com este tipo de sectores e aqui o problema nem é um problema de grande dimensão para ser resolvido mas um problema que se resolve com alguma intervenção ambiental e com alguma contenção, com alguma facilidade. No entanto, o empresário responsável pela exploração só poderá aceder a esses fundos se o processo que está neste momento em curso, que é o loteamento do Cachão, de forma a que cada unidade tenha a sua identificação e seja eventualmente concessionada nos termos da nossa zona industrial ou outra, como uma unidade orgânica, isto é como um artigo único, para que ele possa apresentar comprovativos de que aquela unidade é única. Esse processo está neste momento a decorrer, a Câmara Municipal aprovou já o projecto de loteamento, neste momento decorrem os procedimentos de emissão do alvará, quando o alvará estiver emitido será possível fazer então a contratualização desses espaços que já estão entregues e os empresários que estão nesse local poderão candidatar-se a fundos, e a Câmara Municipal tem nomeadamente, através da sua participação na AIN, feito alguma pressão para que haja um investimento bastante forte na área ambiental porque é uma unidade industrial antiga, mas que do ponto de vista de potencialidade nós consideramos que é bastante elevada e que tem tido sempre este problema em termos ambientais.

Em relação ao Centro de Saúde, eu gostaria de dizer que a obra está a correr normalmente e gostaria de estender um convite a todos os membros da Assembleia, que acho que seria bastante interessante, que era uma visita à obra, numa sexta feira e digo sexta feira que é quando normalmente o arquitecto vem à obra. Eu acho que era interessante que os membros da Assembleia visitassem esta obra. Por vários motivos, primeiro porque arquitectonicamente e do ponto de vista de inserção é uma obra bastante interessante, a dimensão surpreende quem nela entra, porque quem vê de fora não avalia a dimensão, segundo porque tem havida tanta confusão, como disse muito bem, em relação àquilo que aconteceu na obra que se confunde o que lá está a acontecer e era interessante verem até quais foram as intervenções que motivaram ou não motivaram as paragens que existiram e ao mesmo tempo podem já avaliar o que é que pode ser uma unidade de saúde a funcionar brevemente na cidade e a capacidade e a potencialidade que ela traz para a nossa, por isso apresento este convite à Mesa ou aos grupos, para que numa sexta feira, mais uma vez também podemos convocar o arquitecto, mas enfim seria simultâneo com a presença do arquitecto da obra e neste caso o coordenador dos projectos. Acho que seria interessante, até no momento em que estamos, visitar aquela obra e debruçarmo-nos um pouco sobre o que lá está a ser realizado.



Em relação ao estudo prévio do acesso ao IP4, eu peço-lhe efectivamente desculpa, eu não estive na última Assembleia, mas acho que me tinha sido transmitido. Este estudo prévio está a ser realizado no GAT, se desejar um processo, eu faço-lho chegar brevemente, se não, sugeria-lhe que fizesse o contacto directamente ao GAT e eu contactarei o GAT a dizer que o Grupo Parlamentar da CDU irá consultar os processos em curso.

Em relação ao Dr. Maximino, guardarei em boa atenção a intervenção de fundo que fizer na próxima Assembleia para o Sr. Presidente, uma vez que não estando ele presente não considerou necessário fazê-la, por isso daí alguma curiosidade nos suscita, da importância que ela nos pode transmitir.

E em relação à PSP gostava de lhe dizer que não deve andar atento, porque para nós estarmos motivados temos que estar atentos e estar atentos significa aquilo que disse o Sr. Presidente da Assembleia, que é a constituição e o alargamento da moldura urbana de Mirandela que hoje aqui vai ser realizada, é a oferta pública de um terreno para a instalação dessas mesmas instalações, a visita a Mirandela do Departamento de Projecto da PSP, para avaliar as potencialidades desse mesmo terreno, enfim as afirmações públicas que têm sido realizadas e mesmo a própria PSP tem participado em manifestações, quando foi colocado aquele cartaz no IP4 estava presente a Associação Nacional, enfim que defende os interesses sindicais dos Polícias de Segurança Pública e houve afirmações de pessoas da PSP de Mirandela, tem sido feito um processo, o que tem aparecido nos jornais, até ao momento não nos foi transmitido, se quiser dar uma trica política ao que tem sido afirmado e isto sujeito a alguma confirmação é que o encerramento de Mirandela, tal como algumas maternidades pressuporia o encerramento de Bragança o que levaria neste caso a mais uma situação semelhante à que vivemos. No entanto não tem sido abandonado de maneira alguma esse assunto, tem sido apenas apresentados estudos, no dia em que houver uma afirmação pública de algum responsável nós faremos as intervenções que forem necessárias, agora sugiro-lhe que ande mais atento àquilo que a Câmara tem feito, nomeadamente os próprios cartazes eram bem claros em relação a essa situação. Finalmente dizer-lhe que em relação ao processo das freguesias, tenho em boa conta as suas recomendações, tal como a Associação Nacional de Freguesias e a Associação Nacional de Municípios o têm feito. Julgo que seria extemporâneo neste momento lançarmos o fogo sobre aquilo que não existe. Eu não sou apoiante deste Governo, nem tenho que o ser, julgo que aquilo que tenho lido é que o Governo está a tratar este processo com a contenção que ele merece, até porque no Governo, seja do PSD, do PS ou do CDS, existem antigos autarcas, quer ao nível de Câmaras, quer ao nível de Freguesias que têm a consciência do que isso implica. Julgo que lançar o debate de forma extemporânea, em vez de ajudar o processo vai prejudicá-lo, porque eu já tenho problemas hoje em Mirandela com pequenas limitações em freguesias, imagine o que é lançarmos o debate nesta fase. Eu julgo que primeiro aguardamos aquilo que o Governo nos trazer de concreto, acho muito bem que o CDS faça as intervenções que fez, nomeadamente na Assembleia e posteriormente havemos de trabalhar nisso. Julgo que é extemporâneo, esta é a minha opinião pessoal e opinião política como é evidente.

#### **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Antes de dar a palavra ao orador seguinte queria informar ainda o Sr. Deputado Sr. Dr. Adérito de que as maternidades é uma questão muito quente e actual de grande importância para as populações do nosso Distrito e dizer que foi dirigido um pedido de audiência ao Sr. Ministro da Saúde para receber uma comissão desta Assembleia e posteriormente foi também feito um pedido ao Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste. Apesar de já ter informado os Srs. Membros dessa Comissão, eu também me acho que devo informar a Assembleia dizendo que no próximo dia 03 às 15 horas, a Comissão vai ser recebida pelo Sr. Presidente do Grupo do Centro Hospitalar do Nordeste para tratar do assunto das maternidades.

#### **Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Bom dia a todos, eu antes de iniciar aquela que era a minha intervenção, dirigia-me à Mesa para dizer que considere a primeira intervenção que vou fazer, em defesa da honra, isto porque mais uma vez um elemento do público entendeu referir-se a mim, de forma algo ofensiva, manifestando uma indignação pela minha própria indignação que manifestei na última Assembleia Municipal e realmente dizer a esse elemento do público, como de resto a esta Assembleia, que se era legítima a minha indignação, já não é legítimo que alguém do público se indigne com a minha intervenção, porque esse elemento do público referiu aqui que teve uma intervenção dentro da



liberdade que tem e eu digo que liberdade não é libertinagem e a democracia existe porque tem regras, porque senão é uma anarquia e realmente esse elemento do público não detém liberdade para vir a esta Assembleia Municipal intervir, achincalhando, ofendendo a honra e consideração de quem quer que seja, muito menos de um membro desta Assembleia. Portanto Sr. Fraga, eu compreendo a sua frustração por não fazer parte desta Assembleia mas na verdade o povo de Vale de Asnes não o quis e o povo é soberano e a democracia tem destas coisas. V.Ex.ª enquanto público poderá intervir no período que lhe é destinado para pedir exclusivamente esclarecimentos sobre assuntos de interesse para o Município e não para tecer considerações de índole pessoal ou política, sobre qualquer membro desta Assembleia. Depois para dizer também rapidamente, isto já não faz parte da defesa da honra porque o Dr. Adérito não me ofendeu a honra, que realmente o público se pode considerar um fiscal da nossa actuação, mas eu acrescentaria que terá que ser um fiscal silencioso e que deve exprimir a conclusão a que chegou após tanta fiscalização, no seu voto, ou seja, tem que ser uma fiscalização silenciosa. O Público não tem, enquanto o Regimento não for revisto, que tecer qualquer consideração fiscalizadora sobre a intervenção ou actuação de qualquer membro desta Assembleia Municipal. Entrando na minha intervenção, portanto só agora é que entro, esta não se pode considerar no tempo da minha intervenção porque foi em defesa da honra.

Entrando na intervenção, venho falar de cultura, porque pouco se tem falado nas Assembleias de cultura e eu não resisto hoje a fazer uma abordagem ainda que célere sobre tal tema porque tem passado à margem de todas as discussões e nem por isso deixa de ser de primordial importância para aferir a qualidade de vida que aos Mirandenses é proporcionada.

É que, quando a oposição não fala em cultura, a oposição com assento no Executivo, é porque naturalmente algo vai muito bem nesta área. Efectivamente uma das grandes críticas que foram feitas ao Executivo no passado e que foram reiteradas quase até à exaustão nas Assembleias Municipais do anterior mandato, tinham a ver com a prática de uma política cultural que não era acessível à maioria dos Mirandenses. Havia uma política cultural acessível apenas a uma pequena minoria e a cultura como sabem destina-se a todos e era frequente assistirmos a exposições e a tertúlias sistemáticas que não envolviam e não eram apetecíveis para a maioria dos Mirandenses, fiando a assistência sempre aquém das expectativas. Também para gostar é preciso aprender a gostar e por isso, por várias vezes foi aqui referenciado, ser necessário sensibilizar a população para as artes, de forma gradual, habituando os Mirandenses, aqueles que tal hábito não têm, a considerar também sua casa este auditório, perdendo a timidez própria de quem considera que as artes e cultura apenas tem como destinatários uma pequena minoria de intelectuais. A política na área da cultura tinha que conseguir esta aproximação, esta envolvência e se o conseguisse, então instalar-se-ia uma verdadeira revolução de mentalidades.

Meus Senhores e Minhas Senhoras, a oposição com assento no Executivo, não tem falado de cultura, de política de cultura e sobretudo não tem insistido na ausência de uma estratégia nesta área, mas não é o silêncio da oposição que silenciou os Mirandenses, na verdade, nunca como agora, em Mirandela, o cidadão comum se sentiu tão próximo e se identificou com as iniciativas, os eventos e os espectáculos promovidos pela Câmara Municipal. Mudar mentalidades não é fácil, constitui mérito do Executivo, mas tem e há que reconhecê-lo, sobretudo a marca pessoal da Vereadora Dr.ª Gentil Vaz.

A oposição com assento nas reuniões do executivo não fala, e porque não fala e quando fala só fala mal, as actas do Executivo são relativamente omissas em relação ao que está bem... Mas, não é porque um facto, vários factos, uma cadeia de acontecimentos, é ignorado, que eles deixam de existir.

Em Mirandela está em consolidação uma dinâmica cultural que não vai parar e que tem revelado uma adesão massiva de todos os cidadãos às iniciativas culturais que têm sido promovidas. Recordo aqui a exposição de móveis de arte, iniciativa inédita em que se associou a pintura com arte de trabalhar a madeira sem pregos e música, num diálogo curioso, se não mesmo fascinante, entre um saxofonista e os móveis, o espectáculo do Vitorino conjuntamente com a Orquestra Esproarte que foi memorável, tão memorável que mereceu o elogio, ainda que tímido e parco em palavras, do Vereador da oposição, o espectáculo Art´Tango, que deslumbrou Mirandela e os Mirandenses e constitui a meu ver, um ponto marcante no tal processo que está em curso e é irreversível de aproximação do cidadão à cultura e o 25 de Abril que deixou de se reduzir às cerimónias da praxe, para ser pela primeira vez também, um momento cultural. Não posso esquecer o investimento em espectáculos pedagógicos, com exibição do Auto da Barca para alunos do Secundário, Falar Verdade a Mentir para alunos do oitavo ano, a Menina do Mar para o segundo ciclo, etc., que constituem também expressão da existência de uma visão estratégica da cultura e para a cultura em Mirandela.



A peça Frei Luís de Sousa já agendada reflecte que este Executivo e a Vereadora da Cultura em particular não só tenta sensibilizar as crianças e os jovens desde logo para as diversas artes, como teve o cuidado de escolher as peças de teatro com consideração dos conteúdos programáticos que previamente foram solicitados às escolas. Em Mirandela existe hoje constituído já neste mandato um grupo de arte dramática com mais de 36 pessoas, que seguramente nos brindarão em breve com uma peça que já está a ser ensaiada.

Meus Senhores, isto é estratégia, isto é ter um plano estratégico para que os Mirandelenses enriqueçam o seu interior e cresçam culturalmente. Não resisto já agora também a fazer um comentário, que quem no anterior mandato por aqui esteve, melhor compreenderá e que se prende com o favor que a Sr.ª Vereadora fez a todos os leitores da Agenda de Mirandela, ao retirar de forma definitiva e não insistir em publicar um qualquer conto do género daquele que nos perseguiu durante anos, que foi o Conto de Vale de Telhas.

Em relação à Vigília gostaria de deixar aqui reforçado o apelo no sentido da participação na vigília que está agendada para 06 de Maio às 21 horas em frente à Câmara Municipal, porque o que está em causa é a sensibilização de quem tem o poder de decisão, no sentido de não proceder ao encerramento da maternidade de Mirandela. É um tema que nos tem unido a todos e a aprovação por unanimidade quer da moção de protesto, quer da criação de uma comissão representativa que foi criada exactamente para falar e foi mandatada para falar com o Exm.º Sr. Ministro da Saúde é naturalmente a expressão inequívoca que o sentimento de todos os partidos representados nesta Assembleia Municipal é de grande preocupação e ansiedade em relação à possibilidade de ser retirado um serviço que serve as mulheres, os filhos, as famílias, enfim deste como de outros concelhos. E por ser esse o sentimento e a luta ser de todos nós, não posso deixar de fazer aqui um apelo com veemência, no sentido de não só comparecermos massivamente mas também sensibilizarmos os nossos amigos, vizinhos, conhecidos, porque sermos no fundo uma alavanca de divulgação e mobilização por forma a que a vigília traduza pela adesão que tem a importância que para todos nós a maternidade merece. A força reivindicativa, resulta também destas iniciativas e o poder político sucumbe por vezes a estas vozes que se erguem, sobretudo quando é ensurdecador o seu barulho e toma consciência que não tem capacidade para as silenciar.

#### **Deputado Municipal José António Ferreira (Independente):**

Exm.º Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa, Exm.º Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal e demais Executivo Camarário, Caros Deputados e Deputadas Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Começo esta minha intervenção do modo como terminei a minha primeira intervenção, deste mandato, nesta casa: *sem a memória do passado não teríamos futuro. E sem um projecto de futuro perderíamos a memória do passado.*

Quem não percebe isto, não percebe nada.

Tenho, no plano político e partidário, um passado que fala por mim de que me dispenso de percorrer, pois não se é bom juiz em causa própria.

E se Deus quiser terei também futuro, que também me recuso a tentar antecipar, porque como diz o outro "o futuro a Deus pertence".

Mas uma coisa eu sei – ao contrário da máxima recentemente celebrizada – "Eu não vou andar por aí, eu vou estar por aqui".

De pleno direito próprio e conquistado.

Quem não percebe isto, não percebe nada.

Mas eu posso tentar, muito brevemente, explicar.

O Estatuto dos Eleitos Locais teve como principal objectivo a dignificação dos titulares de cargos na Administração Local mas também veio regulamentar os direitos e deveres dos autarcas no exercício das funções para que foram eleitos.

No que diz respeito aos deveres expressa que os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios, de que de forma breve destaco:

Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos – cumprir e fazer cumprir as normas legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos; e, actuar com justiça e imparcialidade.

Em matéria de prossecução do interesse público – salvaguardar e defender os interesses públicos da respectiva autarquia; e não patrocinar interesses particulares próprios ou de terceiros de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções quer invocando a qualidade de membro de órgão autárquico.



Assim, é este o papel que aqui desempenharei, numa atitude séria, positiva e construtiva, de forma a honrar as populações e esta Assembleia, como a principal instituição política do Concelho, enquanto fórum de discussão democrática, sobre as questões e os problemas mais relevantes do município.

Neste quadro é bom que todos saibam estar ao nível das responsabilidades que lhes cabem na sua actuação, respeitando os deveres e direitos que a Lei e o Regimento lhe conferem, dignificando desse modo a Assembleia, e contribuindo para a normalidade democrática e institucional do seu funcionamento e da Mesa que elevadamente a dirige.

Por fim, queria ainda dizer, de forma muito clara, que – não sou laico, mas sou republicano e socialista, por convicção.

Eu não percebo tudo, nem tenho essa presunção, mas quem não percebe isto não percebe nada.

Tenho, dito.

#### **Deputado Municipal Vasco Saldanha (PSD):**

Muito bom dia a todos. Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Exm.º Sr. Vice Presidente da Câmara e restante Vereação, Exm.ºs Senhores Deputados, meus Senhorers e minhas Senhoras.

Eu, ao contrário do Dr. Maximino, vou fazer uma intervenção de fundo, porque o Sr. Vice-Presidente merece-me também respeito igualmente como o Sr. Presidente.

É notório que ultimamente todos nós andamos preocupados acerca do possível encerramento por parte do Governo de alguns serviços em Mirandela, caso da PSP, Direcção Regional de Agricultura, e nomeadamente a sua maternidade. Todas estas situações foram já debatidas por esta Assembleia e pela Câmara Municipal, tendo esta através da realização de várias acções, desenvolvido esforços no sentido destes serviços se manterem em funcionamento. Aproz-me pois registar e aplaudir esses esforços por parte da Câmara Municipal, já que caso esses serviços em causa viessem encerrar iriam sem dúvida criar graves problemas ao nosso concelho e penalizar ainda mais a sua população. É claro que ninguém de bom senso quererá que tal aconteça. Em relação à maternidade, diz o Governo que entre a de Bragança e a de Mirandela uma delas terá que encerrar. Pergunto: será que o Governo conhece verdadeiramente as condições em que se encontram as estradas do Distrito de Bragança e o tempo que demora a percorrê-las? Deveria saber que elas são muito piores quando comparadas com as de outras regiões do país. É claro que não as conhecendo não pode saber o estado em que elas se encontram. É pois do conhecimento de todos nós que as referidas vias deixam muito a desejar e quando são sujeitas a alguma intervenção, os responsáveis pela execução da obra, limitam-se simplesmente a colocar-lhe alcatrão ou a fazer uma outra correcção ao seu traçado, o que é muito pouco para quem pretende mais e melhor.

Concretamente em relação ao Concelho de Mirandela, sou de opinião que é necessário planear novos traçados relativamente às suas principais vias já que são importantes portas de entrada para o Concelho. A exemplo disso, refiro a estrada Mirandela – Trindade, Mirandela – Bornes, Mirandela – Torre D. Chama, Mirandela–Rebordelo–Vinhais e Valpaços–Rabaçal– Torre D. Chama. Em todas elas é pois necessária uma intervenção a sério. Sou de opinião no entanto que o eixo Mirandela–Rebordelo–Vinhais é dos mais importantes para o desenvolvimento do nosso Concelho. Neste sentido, entendo ser necessário a construção de um novo traçado e a sua transformação em IP. A realização de pequenas correcções ao actual traçado, deixa tudo na mesma. Em relação à estrada Mirandela–Vila Flor sou de opinião que a mesma deveria ter sido construída como IP, atendendo à importância de ligação ao IP2 na Vilariga. Nesta área temos que nos adaptar à realidade dos tempos em que vivemos. Não podemos continuar a construir estradas de forma a aproveitar praticamente a totalidade dos actuais traçados ou a localização por exemplo de uma ponte romana. É por isso importante que a nossa Câmara juntamente com as restantes Câmaras do Distrito de Bragança tenham nesta área uma visão de futuro quanto à construção das respectivas vias e sensibilizem o Governo no sentido das mesmas virem a ser construídas com traçados mais rápidos, encurtando as distâncias entre as aldeias, vilas e cidades por forma a contribuírem decididamente para o progresso do nosso Concelho, Distrito ou da própria Região, porque se assim não for, continuaremos a ser penalizados e o desenvolvimento irá continuamente ficar adiado, já que as vias como sabe são o primeiro factor de desenvolvimento, Sabemos infelizmente, quer nesta quer noutras áreas, as decisões políticas dos nossos governantes, como se constata, tem estado muito longe da realidade desse desenvolvimento, por isso a ausência de bons acessos é justificação suficiente para o Governo não encerrar nenhuma das maternidades e se o Governo pretender levar a cabo tão repudiante acção, toda a população do Distrito deverá manifestar-se contra essa decisão e associe-se, deve associar-se à manifestação do dia 6, pois temos obrigação de ser solidários uns com os outros, não pode ainda servir de pretexto para o seu



encerramento o nascimento de pouca população ou a duvidosa falta de condições das maternidades, como vem apregoando. Se este é o caso, então direi o seguinte, faça o Governo essas intervenções ou atribua às respectivas Câmaras Municipais as verbas necessárias para estas poderem realizar os respectivos melhoramentos e porque não até a própria gestão da maternidade? E então, com toda a certeza o assunto estará resolvido. É tudo uma questão de recursos financeiros, poderem ser bem mais aplicados e por isso equilibrar o que anda desequilibrado. Esta é uma área onde não deve e nem pode existir uma visão economicista da situação. A maternidade não pode ser considerada por parte do Governo um problema, mas sim a esperança para qualquer concelho e o de Mirandela não foge à regra. Ela deve, isso sim, ser a esperança, ele deve ser sim considerada um bem social à vida e o nascimento de uma vida não pode ser posta em causa quando se trata de discutir as condições da existência a essa vida, num conceito puramente financeiro, é que quem nasce não tem culpa dos disparates dos adultos com responsabilidade nesta nossa sociedade em que vivemos. Além disso cada um tem o direito de nascer na sua própria terra. Vejamos então. Se encerrarem maternidades, centros de saúde, hospitais, escolas, caminhos de ferro, etc., etc., o que nos espera então o futuro? Com esta tomada de atitudes, não pretenderá o Governo extinguir a própria região de Trás-os-Montes e Alto Douro e nós sermos absorvidos por culturas de outras regiões e ou a troco disso manter a sede da Direcção Regional de Agricultura em Mirandela? Dá com a mão e tira com a outra. Não me admira que por um destes dias apareça por aí o Governo a querer preparar esse caminho. Parece que já é hoje. Perante isto apetece perguntar? Que políticas são estas afinal? Que a cobro da palavra democracia, os governantes fazem tudo a seu belo prazer, querendo transformar o ser humano num mero número da sociedade. Este Governo deve antes de mais descentralizar políticas e atribuir verbas necessárias às autarquias e que estas possam incentivar e desenvolver projectos que por este meio visem a fixação dos jovens e então sim desta forma já não poderá afirmar que nasce pouca gente. O Governo com a desculpa de querer aplicar uma boa política de gestão, acaba por complicar ainda mais a política e a própria gestão e se não fosse o trabalho desenvolvido pelas nossas Câmaras Municipais, deste interior desertificado e esquecido e que apesar do seu curto orçamento, tudo se tornaria ainda mais penoso. Mesmo assim lá vão remando contra a maré no combate ao isolamento, investindo nas potencialidades dos respectivos Concelhos. A exemplo disso, registre-se o papel desenvolvido pela Câmara Municipal de Mirandela, que tem levado a cabo várias acções, entre as quais a da promoção dos principais produtos do nosso Concelho, porque esta é também mais uma forma de combater as nossas dificuldades, neste momento algo difícil porque passamos, e sem prejuízo das nossas próprias ideias, entendo que é nossa obrigação apoiar a Câmara nas diversas acções que venham a realizar e principalmente no seu programa, para deste modo podermos levar a cabo a resolução de muitos dos nossos problemas. Então entendo que não devemos perder tempo com aquilo que não é essencial. Pode-se discordar de alguns pontos de vista, mas esse apoio à Câmara é fundamental, aliás este apoio é no fundo respeitar a vontade da maioria do povo deste Concelho que democraticamente a escolheu ou elegeu. Não devemos por isso ficar de braços cruzados pávidos e serenos à espera que o tempo passe ou que outros decidam por nós e já se sabe, raramente o fazem a nosso favor, neste sentido, quer em relação à maternidade ou a quaisquer outras situações, deve haver por parte da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, acções junto das populações, de forma a debater as várias matérias de interesse à comunidade e para que as nossas aldeias não continuem por acção do Governo, a morrer a pouco e pouco, como se verifica na realidade. Só com acções efectivas poderemos combater o tempo perdido, é que até as próprias fragas já estão gastas de tanto esperar e se não reagirmos ao vento que sopra do sul, então esse vento e o tempo acabará de certeza por nos dissipar. Será isso que queremos? Eu de certeza não o quero, penso que esta Assembleia também não.

Senhor Presidente da Assembleia, apesar de só há pouco tempo fazer parte desta distinta Assembleia Municipal e para o qual tive o prazer de ser eleito nas últimas eleições, tenho tido oportunidade de verificar a forma imparcial e sábia, como V.Ex.<sup>a</sup> a dirige, o que só vem dignificar ainda mais a própria Assembleia Municipal e o nosso Concelho. Neste sentido, gostaria de apresentar a esta Assembleia a seguinte proposta:

#### **Proposta**

Que nas próximas Assembleias fossem convidados os estudantes de diversas escolas do nosso Concelho, entendo que esta pode ser também uma forma de os sensibilizar e preparar em relação ao futuro do nosso Concelho. Vamos por isso incentivar a nossa coragem e a da Juventude da nossa terra, de forma a empenharmo-nos na defesa dos nossos valores, na defesa da nossa maternidade e do nosso maior bem que é a vida, para bem deste povo sofrido de Trás-os-Montes e Alto Douro que pelo menos desde 1385 vem sofrendo como região as injustiças do

homem. Viva o Concelho de Mirandela, rumo a um Concelho melhor, eu quero e acredito que é possível, só depende de nós e das nossas consciências. Muito Obrigado.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Obrigado também, a Mesa regista a recomendação do Sr. Deputado e tem a palavra Jorge Pereira.

**Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:**

Senhor Presidente da As. Municipal e demais elementos da mesa.

Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Senhores e Senhora Vereadora.

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais Membros da Assembleia Municipal

Tal como noutras ocasiões aqui afirmei, apesar de pretendermos sempre mais para as nossas Freguesias, nomeadamente em Vale da Sancha e Frechas, têm sido notórios e significativos os investimentos Municipais com o conseqüente aumento da qualidade de vida das suas populações.

No respeitante ao Cachão, o investimento Municipal tem sido orientado numa perspectiva algo diferente, contudo, não tanto ao nível da rede de saneamento, mas quanto ao abastecimento doméstico de água, é urgente a procura de uma solução duradoira e definitiva, é que há casos, em que algumas moradias sentem grandes dificuldades em operarem com os diversos electrodomésticos, a esta dificuldade acresce o permanente risco de avaria dos mesmos.

Assim, e apesar de ter a noção dos encargos que esta obra representa, dirijo ao Executivo Municipal uma pergunta muito objectiva, para quando a nova rede de água e saneamento do Cachão, bem como a respectiva ETAR?

Esta obra, ao nível da Freguesia, talvez seja a mais sentida em termos das necessidades básicas, contudo, há um conjunto de inquietações que aqui gostava de fazer eco, até porque, sendo fundamental a questão financeira, urge apontar metas e objectivos, tendo nomeadamente em conta os financiamentos que o próximo Quadro Comunitário de apoio poderá disponibilizar para o desenvolvimento económico e social de regiões desfavorecidas como é a nossa, contudo, e apesar dos fracos indicadores regionais, acredito fervorosamente no potencial de desenvolvimento que Trás os Montes comporta, é que, se assim não fosse, provavelmente não estaria investido em semelhante tarefa.

Tenho para comigo que a questão do emprego e a conseqüente criação de riqueza na nossa região não passa por grandes investimentos no nível industrial, mas sim por potenciar um conjunto de produtos endógenos que tendo já hoje um peso significativo na economia regional, tem ainda uma margem muito grande para crescimento.

Assim, neste domínio, ocorre-me desde logo a ideia das queijarias e cozinhas regionais, penso que seria uma área em que as autarquias, Câmara e Juntas de Freguesia, deveriam promover e apoiar tais unidades industriais de cariz familiar, potenciando desta forma o fabrico destes produtos por pessoas com base em técnicas cujo conhecimento lhes foi transmitido no seu estado mais puro pelas gerações dos seus antepassados, sendo também uma forma de promover a nossa cultura regional neste domínio, transmitindo-a também às novas gerações. Em minha modesta opinião, temos aqui um vasto caminho a percorrer.

Situada provavelmente na área geográfica mais central da Freguesia de Frechas existe a barragem do Cachão. Esta barragem além de abastecer toda a zona industrial, serviria também para regadio. Fruto de todas as vicissitudes, o principal canal de abastecimento desta barragem, vem-se progressivamente degradando, fazendo com que a água se vá perdendo no seu percurso, chegando muito pouca ao seu destino, sendo a que se perde, algumas vezes motivo de descontentamento para determinados agricultores.

Assim, uma vez resolvido o problema do canal e apesar da reduzida actividade agrícola nesta zona, penso que com a água em abundância, poderia também contribuir para relançar a actividade agrícola, é que vinho e azeite destas encostas são de qualidade garantida.

Também, dada a beleza natural que toda esta zona tem, penso que se poderia pensar em criar uma área de lazer em toda a envolvente da barragem, aliás, num dos sites da Net do Município, na Freguesia de Frechas, este local é referido como um dos pontos a visitar.

Ainda relativamente ao Cachão, como forma de perpetuar o espírito regionalista do Eng.º Camilo de Mendonça e do conseqüente impulso económico único que toda a nossa região viveu com aquela obra, penso que deveria ser equacionada a hipótese de naquela localidade, ser



instalado o "Museu da Indústria Regional", o qual, além de mais, permitiria evitar o progressivo aumento de lixos, constituído por maquinaria obsoleta e abandonada, com efeitos bastante nocivos para o ambiente.

Vale da Sanha é a localidade mais pequena da Freguesia, muito provavelmente, em termos de economia agrária será a maior, apesar desta constatação, penso eu, comporta também algum potencial em termos de promoção turística e consequentemente económica. O lagar de azeite desactivado nesta Localidade, rodeado de toda aquela mancha de olival, poderia muito bem ser incluído na "Rota do Azeite".

A recuperação da Fonte dos engaranhados envolve em todo o seu misticismo, complementado com o acesso pedestre pela encosta do monte até à capela de N.ª Senhora do Aviso, poderá oferecer ao turismo um postal altamente apelativo, lembro ainda que neste local existem um conjunto de elementos arqueológicos a reclamarem uma pesquisa e tratamento adequado.

Relativamente a Frechas, apesar de toda a evolução, há ainda um longo caminho a percorrer, a margem direita do rio, comporta uma beleza natural, verdadeiramente deslumbrante para os amantes do turismo da natureza no seu estado mais puro, talvez uma parceria público-privada, pudesse aqui dar vida a um apelativo parque de campismo.

Contudo, apesar dos investimentos aqui realizados, deveríamos ir mais longe, construindo-se nomeadamente um açude na foz da ribeira, afim de manter no Verão uma boa bacia de água.

Quanto ao açude existente, bem como a azenha que lhe está associada, ainda que sendo particulares, a sua recuperação contribuiria significativamente para a valorização desta zona.

Também o Solar dos Araújos, sobranceiro ao rio, é um elemento de elevado valor arquitectónico, alberga um conjunto de trabalhos em talha dourada, os quais, não havendo uma intervenção rápida, muito provavelmente vão perder-se, tal é o seu adiantado estado de degradação.

Entretanto, pelos diversos contactos que estabeleci em diversas ocasiões com os proprietários, estes, por motivos que desconheço, mas que posso compreender, não se têm mostrado abertos ao diálogo na busca de uma possível negociação tendo em vista a sua recuperação, contudo, uma iniciativa com tal finalidade com origem no Município, poderia ser bem sucedida, ora, tal não acontecendo, corremos o risco se assistir a uma degradação tal, que rapidamente levará à mais completa ruína deste edifício de extraordinário valor arquitectónico e cultural, o qual, uma vez recuperado, poderia constituir um importante factor de evolução sócio-económica de Frechas e consequentemente do nosso Concelho, basta para tal, nos lembremos como cada vez mais, as unidades hoteleiras com carácter histórico e cultural são procuradas por clientes extremamente exigentes e de elevada capacidade financeira.

Fruto de uma política errada mas de autentica promoção da desertificação de todo o interior, Frechas, tal como toda a nossa região, assistiu durante décadas ao êxodo para o litoral dos seus nativos. Uma vez aqui instaladas, um bom número de pessoas, nomeadamente ao nível da qualidade de vida, não encontraram aquilo que buscavam, a massificação foi tal, que, em vez do paraíso que procuravam, alguns ao percorrerem diariamente dezenas de Kms. para irem trabalhar, criaram num autentico calvário.

Face a toda esta problemática, assistimos hoje a um significativo movimento de sentido inverso, ou seja, regressar às origens, há então que saber criar condições de atractividade para estas pessoas, daí que em Frechas, também a pensar nesta realidade, vai iniciar-se muito em breve, uma urbanização particular com mais de 35 moradias de carácter familiares.

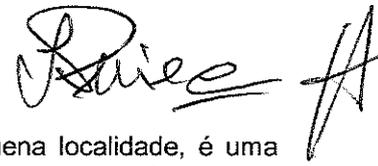
Ora, um investimento particular desta envergadura, constitui também um elemento de prova, de que, estas minhas inquietações tem plena justificação.

Uma vez aqui chegados, devemos pensar em algo que defina, que caracterize, que dei-a forma a uma marca ou ideia para Frechas, uma equipe pluridisciplinar da C. Municipal, deveria iniciar um profundo trabalho, por forma a criar uma peça ou objecto que fosse a marca de Frechas, como são por exemplo aqui bem perto, os caretos de Podence.

Não resisto à tentação de contar algumas passagens de um pequeno percurso que em Setembro passado tive oportunidade de fazer em Espanha, aqui bem perto de nós, na zona e cidade de Salamanca a qual os Espanhóis chamam "Roma de Espanha"

Na velha Catedral, Exhibam um pequeno filme sobre o terramoto de 1755 em Lisboa, o qual teve pequenas repercussões por aquelas paragens, contudo os Espanhóis vendiam-no também como algo, que supostamente lhes pertencia.

No sopé da serra de **Francia, Alberca**, uma pequenina localidade, com todas as suas casinhas típicas muito bem pintadas, as suas janelas e varandas, bem enfeitadas com flores da época, todos os comércios ao nível do rés do chão das habitações, completamente apinhados de clientes em busca de todo o tipo de produtos regionais, cafés e esplanadas completamente



cheios, desde o torrão ao enchido tudo se vendia, a marca dessa pequena localidade, é uma casinha típica em barro, entre estes pequenos objectos, estampados também nas mais diversas peças em têxtil, vendiam-se aos turistas em quantidades, tal como eu o fiz, afim de presentear familiares e amigos. Chama-se a isto, atitude e dinâmica comercial, actividade que promove a economia daquela pequena comunidade e provavelmente daquela área, era um pouco desta atitude e dinâmica que gostaria de ver a implementada em Frechas, bem como na nossa Região.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, para terminar, dizer ainda que, aquele conjunto de melhoramentos que gostaria de ver materializados, fazem parte há muitos anos, do meu baú de sonhos, a sua concretização poderá parecer utopia, sei que nem tudo é fácil, contudo, também Abril me ensinou a sonhar, e tal como o Poeta diz, "O sonho comanda a vida, e sempre que o Homem sonha, o mundo pula e avança" - tudo isto, são a afinal o conjunto de inquietações que há muito me perseguem, é também a atitude de cidadania que me leva a dizer presente.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

O Sr. Vice-Presidente quer usar da palavra em resposta às intervenções que aqui foram proferidas?

**O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal:**

Eu responderia ao Sr. Presidente da Junta de Frechas, com uma famosa afirmação de um famoso estadista americano que dizia não me perguntes o que é que podem fazer por nós, pergunta-te o que podes fazer tu pela América. Eu quase diria o mesmo por Frechas, porque estas interrogações felizmente hoje em dia estão a ser discutidas numa base não local, mas na base regional e se calhar a discussão que o Sr. Presidente da Junta vem lançar e nesse sentido é mais o meu comentário, é que nós neste momento temos que fazer essencialmente três perguntas:

- 1.ª - O que é que nós precisamos efectivamente ainda nas nossas freguesias e fazer essa inventariação?
- 2.ª - O que é que podemos fazer em conjunto com outras freguesias para termos escalas em dimensão?
- 3.ª - O que é que podemos fazer em conjunto com a região para termos escala e dimensão, porque senão continuamos a defender os nossos quintais, continuamos a defender as nossas pequenas obras e a sustentabilidade associada a estes projectos por lindos e românticos que sejam, são nulas.

E eu levo-me aqui a concordar um pouco com o Sr. Presidente da Junta em relação a alguns investimentos que se calhar foram feitos em Frechas, o Programa Portas da Terra Quente, supunha sustentabilidade dos investimentos feitos e foram muitos, acreditem que foram muitos, não vou elencá-los, tenho-os de cabeça infelizmente, porque tenho que dar também os justificativos aos Fundos Comunitários e foram muitos e bastantes investimentos realizados em Frechas. A sustentabilidade desses investimentos está para ser vista, para além da imagem que aquela aldeia nos transmite neste momento. E então essa interrogação tem que passar também por todo o investimento que tem sido realizado nessa mesma freguesia e o efeito retributivo que tem ou não tem. O caso exemplar do Cachão que é o saneamento mais caro que temos no nosso Concelho, mas também é simultaneamente o mais antigo, felizmente. Em 1962/63, existia uma aldeia neste Concelho que já tinha saneamento básico e água, é evidente que neste momento as infraestruturas estão destruídas, mas está dotado, o mesmo eu não posso dizer da Ribeirinha, que ainda neste momento não começaram as obras, mas esperamos que comecem as obras, porque ficará dotado de saneamento e todos os aglomerados ficarão dotados de saneamento, não com o seu saneamento renovado. O caso do Complexo Agro-Industrial ou do Cachão neste caso, ainda é muito mais complicado porque inclui uma Etar que está contratualizada com as águas de Trás-os-Montes e está a ser discutido neste momento se porventura em alta ou em baixa vai ser feita a gestão, quer dessa Etar, quer do saneamento e isto leva-nos à primeira discussão, ainda não sabemos. Mas a Câmara Municipal também não dormiu sobre esse assunto e por isso mesmo hoje em dia temos o projecto feito da renovação das infraestruturas do chamado Bairro Social do Cachão. Está pronto, posso afirmá-lo, está em cima da mesa, neste momento não há fundos comunitários, estão esgotados, neste momento discute-se quais são as vertentes futuras, nomeadamente o financiamento para este tipo de intervenções, nós não faremos neste momento qualquer iniciativa que nos comprometa esse mesmo financiamento, a médio prazo, curto prazo, estamos a falar de uma obra que ultrapassa largamente os 600.000,00 Euros de investimento em saneamento, o que dá para fazer três aldeias por sistema. E isso levo-me também a outras



situações que é o caso das cozinhas regionais. Há cozinhas regionais em Mirandela. Há cozinhas regionais licenciadas em Mirandela Concelho. Temos bons exemplos nos Avidagos, temos bons exemplos mesmo em Mirandela. Há uma instituição que é a Desteque, que presta apoio a quem queira criar as suas cozinhas regionais, o que a Câmara não se pode substituir é às fontes de financiamento e às dificuldades que esse licenciamento implica porque há uma mudança de mentalidade também para quem cria uma cozinha regional. É preciso entender que quem cria uma cozinha regional, tem que associar ao seu produto um nível de qualidade e esse nível de qualidade às vezes é a maior dificuldade e essa sim é a luta, porque tudo aquilo que nós pretendemos vender marca Mirandela, marca Frechas, seja o que for, tem que ser sempre constatuado no princípio da qualidade e essa é para nós todos a maior dificuldade e essa é para nós todos a maior dificuldade na monitorização, não só nós, a outros níveis que existem. Podemos entrar nessa discussão. Eu em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Frechas, gostava de lhe dizer que numa próxima Assembleia e atendendo a que começou neste momento, exactamente a discussão do próximo Quadro Comunitário, que abarca vertentes, sobretudo aquilo que ele falou, promoção do turismo rural, promoção dos meios rurais digamos qualificados, claro saneamento, eu propunha o seguinte, que essa discussão fosse realizada de uma forma consciente com estas três perguntas que eu realizei. Primeiro, o que já está feito, segundo, o que é que pode ser feito em conjunto com as freguesias e com o envolvente das freguesias que estão, porque criar um percurso pedonal entre Frechas não tem interesse, poderá ter um percurso pedonal entre Frechas e S. Salvador, poderá ter para outro lado e também depois perguntarmos o que é que podemos fazer em termos regionais e depois destas três perguntas, não digo estarem respondidas, que são difíceis de resolver, mas pelo menos estarem negociadas entre todos nós e são 37 que estamos a falar, juntando a Câmara, 38, se calhar podemos começar a olhar para o concelho com uma estrutura para podermos encarar os próximos fundos comunitários do próximo Quadro Comunitário, mas também à Câmara vai ser obrigatório fazer estas três perguntas que eu vos estou a fazer a vós e vamos ter que as fazer para depois irmos também junto dos concelhos que temos ao pé de nós e junto da nossa região responder a essas perguntas também exactamente da mesma forma, o que é que nós já temos feito, o que é que nós podemos fazer em conjunto com os nossos vizinhos e o que é que nós podemos fazer em conjunto com a nossa região. E quando essas perguntas estiverem respondidas, devidamente respondidas, então nós podemos dizer assim, realmente aquilo que eu disse que eram prioridades na minha freguesia, no meu concelho, no meu agrupamento de municípios ou na minha região, são efectivamente prioridades que tenho de cumprir e nessa altura e nessa altura teremos apoio para fazer tudo aquilo que sonhamos todos nós.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

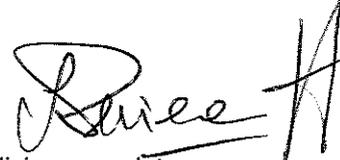
Muito obrigado Sr. Vice-Presidente. Nós já ultrapassamos do Período de Antes da Ordem do Dia, mas eu tenho dois pedidos de repetição de inscrição. Se esta Assembleia outorgasse essa possibilidade e se fossem curtas intervenções eu então concedia a palavra ao David Garrido e ao Sr. Dr. Maximino a seguir.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Eu peço desculpa pelo facto de já ter ultrapassado a hora, mas se não interviesse aqui, intervinha a seguir, porque a história é a mesma.

Em primeiro agradecia que o Executivo me enviasse pelo correio, em vez de eu ir ao Gat, a informação que têm.

Já agora também espero que a Mesa aceite e promova a visita ao Centro de Saúde, para que nós nos possamos inteirar melhor daquilo em função da proposta que fez o Sr. Vice Presidente. E a falar aqui assim, já toda a gente falou, mas nunca é demais e lembrar que esta história das maternidades está em marcha e não está tão esquecida, tão devagar como possa parecer. Eu quero dar uma informação, creio que será do conhecimento de muita gente, provavelmente não será do conhecimento de todos. Foi constituída uma comissão que não tem nada a ver com partidos políticos, embora integre elementos partidários, os três partidos têm elementos, uns são dirigentes dos partidos, outros não são, com a Câmara Municipal, que tem reunido todas as semanas, aliás tem feito um trabalho que me parece bastante meritório. Também é de louvar e de agradecer aquilo que a Rádio Terra Quente tem feito em prol desta situação, aliás quero lembrar que na Terça, Quarta e Sexta Feira, no Parque do Império, a Rádio Terra Quente terá um posto de reportagem, para que quem entender, da população do concelho, se pronuncie sobre a maternidade. Na quinta feira, será na feira, eles próprios farão uma reportagem na feira, mas irão na terça, quarta e sexta ter o posto fixo no Parque do Império, para que todos nós ou



aqueles que pretenderem possamos dizer da nossa justiça, porque como eu dizia, quem luta nem sempre ganha, mas quem não luta perde sempre.

E já agora aproveitava também para fazer só um pequeno, já que aqui estou, escuso de vir cá outra vez. Estão a ser construídos uns jardins na zona verde e eu gostava de saber concretamente o que aquilo é, porque apesar de ter lido superficialmente na Agenda de Mirandela sobre aquilo, me parece que agora até pararam, as obras pararam e aquilo tem bocados de pedra no passeio, aquilo se não for de facto agarrado, aquele trabalho que se ali fez, creio que se desmorona muito facilmente e aquilo tanto como me pareceu saber ou quanto eu li, é um investimento ainda bastante avultado e portanto gostava de ser informado do que se pretende fazer dali e porque é, gostava de ser informado se aquilo está parado ou não. Muito Obrigado.

**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

Só queria fazer aqui duas referências muito rápidas. A primeira prende-se com a intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara, relativamente à PSP, eu quero dizer ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que a PSP está nas instalações em que está, devido à minha pessoa. Concerteza que aqueles que estão aqui com a bonita idade da minha, lembram-se perfeitamente onde ela estava antigamente, era eu na altura Presidente da Câmara e um pouco à revelia da vereação que não tinha realmente bem essa opinião, entendi, com o então comandante Machado, fazer um estudo, uma vez que a Escola Secundária tinha acabado de ser inaugurada com o Presidente da República Ramalho Eanes, entendi realmente fazer um estudo para instalar lá a PSP. Penso, 30 anos depois, para além do mais não têm realmente condições. Acompanho realmente, ao contrário do que o Sr. Vice Presidente referiu, acompanho realmente esta questão das PSP, porque naturalmente tudo o que diz respeito ao concelho, para mim também me diz muito respeito, daí deixar realmente este reparo, embora registe com apreço, realmente que a Câmara está por dentro do problema, mas como sabemos muitas vezes somos apanhados desprevenidos, nada melhor que de vez em quando lembrarmos estas questões.

Por outro lado queria fazer uma pequenina referência à intervenção da minha distinta colega aqui da Assembleia Municipal e colega de profissão, quanto ao aspecto da cultura. Ainda estamos no início da nossa Assembleia, portanto mais tarde, isto é um aspecto que deverá merecer também a atenção da oposição e concretamente da minha pessoa. Estive já em dois eventos e fiquei um bocadinho triste porque vi pouca participação dos Órgãos do Município. Estive concretamente no lançamento do livro da Serra dos Paços e neste evento que ocorreu nesta sala, muito bonito, um evento musical, que realmente agradou a todas as pessoas, mas vi pouca gente do município. Eram estes dois reparos.

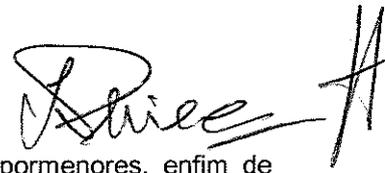
E finalmente queria dizer também a quem tem a responsabilidade da elaboração da Agenda, que há erros graves na elaboração dessa Agenda. Chegou-me às mãos há dias um exemplar e constatei realmente alguma coisa que não está devidamente correcto. Eu oportunamente queria depois levantar essas questões. Por agora mais nada. Muito obrigado.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Obrigado. Antes de terminar este Período Antes da Ordem do Dia o Sr. Vice Presidente quer acrescentar mais alguma coisa?

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**

Vou apenas responder ao Sr. Garrido porque em relação ao Dr. Maximino estamos entendidos. O que está a ser realizado na Zona Verde, falando de forma simplista, são esculturas, são esculturas associadas a jardim, mas são esculturas. Esta semana mesmo estive cá um dos escultores a orientar os trabalhos de um dos pontos. A Agenda destas pessoas não é uma Agenda muito livre, o que leva a que haja ritmos diferentes de intervenção nos cinco jardins que estão realizados. Há depois um conjunto de obras associadas ao apoio a esses cinco jardins, cinco paisagens que vão ser iniciadas brevemente pelos nossos funcionários, que são questões de apoio em termos de passeios e mais algumas situações. Agora tem havido alguma adequação aos espaços que lá estão já delineados e a razão de termos acelerado um pouco a realização daquelas vedações, foi exactamente por uma questão puramente técnica, é que os salgueiros que as realizam tinham que ser plantados em determinada altura senão não estavam prontos. Como lhe disse esta semana estive uma equipa a trabalhar, o resultado do trabalho deles não está no terreno, só é colocado na fase final, há uma equipa que virá, em princípio nos próximos 15 dias fazer outro e depois na fase final, quando for feita a inauguração, alguns dias antes virão fazer os acertos em relação, digamos a essas esculturas, chamemos-lhe assim e digo esculturas porque



há pormenores físicos que têm que ser eles a realizá-los, porque são pormenores, enfim de desenho. Existe entretanto coordenação desses cinco trabalhos, feito por um Conservatório de Jardins do "Conservatoire International des Parcs et Jardins et du Paysage", de Paris, que tem o projecto. O Sr. Presidente da Câmara afirmou já, nomeadamente perante a vereação, que já várias vezes levantou essa questão, que vai ser elaborado um processo, um processo com todos os jardins, os projectos, enfim os elementos conceituais porque falamos de arquitectos paisagistas de nível internacional de currículos e tudo isso e depois vai ser disponibilizado para aqueles que o queiram consultar, nomeadamente para saberem se são ou não são pessoas com qualidade internacional.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Se me desse licença, só queria fazer uma pergunta, era se as esculturas são a título permanente ou não?

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**

A intervenção que está a ser realizada tem duas componentes. Uma que é realizada este ano, que é permanente e tem uma componente que é perene, chamemos-lhe assim e é uma componente de concurso, essa componente de concurso este ano não decorrerá, já está garantido, a componente de concurso todos os anos se repetirá e não será permanente. Estes sim serão permanentes. Poderá acontecer a realização de uma actividade permanente se porventura nós, na avaliação que façamos posteriormente, também decidirmos que são situações que vale a pena permanecer, por isso mesmo é que estas intervenções também são intervenções mais físicas, normalmente este tipo de festivais tem intervenções, digamos mais simplistas ao nível da planta e digamos e dos materiais associados à planta. Estas são intervenções de carácter superior.

**PONTO 2 - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53º DO DECRETO-LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Eu continuo a dizer e já o disse na anterior Assembleia, de que me parece que este ponto não se pode ou não se deve só limitar àquilo que nos é enviado, porque esta não é a actividade da Câmara, portanto creio que a Câmara devia enviar mais informação do que aquilo que faz. Agora eu vou perguntar o que fez, o que não fez, não a Câmara é que faz e deve informar a Assembleia para a gente ir acompanhando um bocado aquilo que fazem.

**PONTO Nº 3 – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2005 - CMM**

**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

O Grupo Parlamentar do CDS/PP, aproveita já a oportunidade para ler a sua Declaração de Voto contra a aprovação das Contas de Gerência de 2005.

A Convocatória para esta sessão da Assembleia Municipal enviada em 11 de Abril de 2006, mas só recebida em 19 de Abril de 2006, insere nos pontos:

- 3- Relatório e Conta de Gerência de 2005 – CMM
- 4- Relatório e Conta de Gerência de 2005 – SMA; e
- 5- Inventário do Município de 2005

Ora, trata-se de documentos que devem ser enviados com a devida antecedência aos membros da Assembleia para apreciarem com rigor e cuidado o teor daqueles documentos tendo em vista a sua aprovação ou reprovação.

Acontece, porém, que em vez dos tradicionais documentos enviados em papel como o Regimento da Assembleia Municipal consagra, foi-nos enviado um CD contendo os elementos do Relatório e do Inventário.

É óbvio que esta mudança, além de não estar contemplada no Regimento, não permite aos Membros que não dispõem ou não dominam os meios informáticos ter acesso aos ditos documentos em tempo oportuno.

Por outro lado, para aqueles que dispõem e sabem utilizar esses equipamentos informáticos têm uma despesa acrescida de papel, tinta e horas de trabalho e que não o está previsto o seu pagamento pela Assembleia Municipal.



Dúvidas não restam de que esta alteração não veio facilitar nem permitir a análise de documentos com tão grande importância para o Município.

Acresce que se trata de documentos da gerência respeitantes ao ano de 2005, ou seja, período em que não estávamos ainda em funções e que reflectirá grandes opções que foram feitas tendo em vista as eleições autárquicas que, entretanto, se realizaram e que culminaram com a vitória da actual maioria.

Bastaria esse facto para desde logo se levantarem sérias reservas à aprovação dos documentos, porque não é esse o programa do CDS/PP, não fora ainda a falta do documento para estudar e analisar.

Todavia, em face de alguns elementos que conhecemos, verifica-se que as previsões orçamentais para 2005 caíram pela base.

Com efeito para uma previsão de investimento de 22.788.420,00 €, apenas se concretizou 7.573.337,75 € ou seja, executou-se apenas 33,23%.

Por outro lado e no que se refere a **despesas de capital** a previsão foi a seguinte:

Designação da receita	Previsão	Realizado	Perc.
Venda de bens e serviços	2.397.560,00	23.273,99	1%
Outros (contratos-programa)	4.264.150,00	150.295,92	3,5%
Comparticipação Comunitária	10.645.479,00	1.518.159,37	14,3%

Este descalabro só acontece porquanto as previsões orçamentais são feitas em bases erradas, tendo em vista empolar os orçamentos, o que é incorrecto.

Outra rubrica que merece a nossa atenção é a que respeita aos subsídios atribuídos às diversas instituições públicas e privadas.

A analisar pelo Relatório da Conta, no ano de 2005, foram concedidos 1.589.870,88, ou seja, na moeda antiga mais de 300.000 contos.

Ora, a questão que se coloca é a de que existam orçamentos das diversas entidades beneficiadas para se saber qual a aplicação dos dinheiros públicos.

"Mutatis-Mutandis" esta exigência deverá ser extensiva às Juntas de Freguesia e outras a quem foram concedidos 970.196,11 Euros.

A este propósito, porque não se separam as Juntas de Freguesia de outras entidades?

Na análise da execução orçamental, verificamos que as despesas correntes, designadamente, as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços consumiram 82,42% do orçamento.

Ora, com este quadro, a fatia mais significativa do orçamento é gasta com aquelas rubricas, pouco restando para as rubricas essenciais e destinadas ao desenvolvimento do concelho.

Acresce que relativamente às Receitas de capital a gestão camarária no ano 2005 não apresentou projectos para serem participados. Mas o que é mais grave é que a Câmara não apresentou projectos com vista a participações comunitárias.

Deixamos para o fim a falta de concretização de algumas promessas eleitorais por parte do Sr. Presidente da Câmara e que, por este andar, não serão cumpridas tão depressa.

Apesar de reconhecermos o trabalho técnico exaustivo para a elaboração dos documentos que integram a conta, pelos motivos antes expostos, o Grupo Municipal do CDS/PP vota contra o Relatório de Prestação de Contas de 2005 da Câmara Municipal de Mirandela, pelo que não o subscreve.

#### **Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:**

Excelentíssima Mesa

Excelentíssimo executivo

Caros colegas

Minhas senhoras e meus senhores

Quem como eu, leu a argumentação utilizada pelos vereadores da oposição sobre o Relatório e Contas, fica com a ideia clara de que nada foi acrescentado às críticas feitas a outros relatórios, do mandato anterior.

O que é extraordinário é que as críticas são as mesmas, exactamente as mesmas, os protagonistas é que são diferentes. É estranho não é?

O que me admira, face a tão "dramática situação financeira", no entender dos vereadores da oposição, a Câmara não tenha ainda declarado falência técnica.



Vamos aos factos

Despesas correntes.

Em relação a este tipo de despesas, devo dizer que a percentagem calculada é perfeitamente normal e não constitui qualquer preocupação.

A um aumento destas despesas, implica também aumento das despesas de capital já que estas também são geradoras despesas correntes.

Um exemplo:

O Centro de Saúde Dois:

Para funcionar, é necessário mais pessoal, técnico e auxiliar e um sem número de outras despesas de manutenção que não são mais do que despesas correntes.

A não ser que, a oposição pretenda que se façam piscinas, que se aumente a área de jardins, se melhorem as escolas, se restaurem estradas e se construam jardins-de-infância; e depois que se não abram as piscinas, se não reguem e tratem os jardins, não se dê manutenção às estradas, se não preste o apoio às creches, se corte nas refeições das crianças e se retirem os transportes escolares.

Caros colegas,

É tempo de pensar de outra maneira.

As despesas correntes apresentadas são perfeitamente justificáveis e equilibradas. Transformam-se muitas vezes em activos beneficiando todos e sobretudo dão um forte contributo na economia local na viabilização das pequenas empresas que abundam pelo concelho e que são as geradoras de verdadeiro investimento e criação de riqueza. ( mais trabalho, mais emprego e maior arrecadação de impostos).

Que seria deste País, ou de qualquer outro, se as empresas privadas e os organismos públicos não aplicassem uma percentagem significativa do seus fundos em despesas correntes.

Há ainda um pormenor que não podemos esquecer:

Se repararem, nos quadros apresentados, as verbas arrecadadas com as receitas correntes servem para financiar uma grande fatia das despesas de capital. As receitas de capital não chegam para cobrir as despesas com inúmeros investimentos que têm sido realizados.

Outra das críticas que são feitas, prendem-se com a baixa taxa de execução das verbas vindas da União Europeia.

Também aqui, a oposição tem escamoteado factos que qualquer um dos presentes facilmente pode desmontar e que só se aceitam do ponto de vista político-partidário.

Passo a explicar:

Quando as câmaras negociam uma determinada verba com a comunidade, fazem-no sempre no início e para todo o período de duração do QCA, ou seja para , 6, 7 ou até 8 anos.

Vamos a um exemplo:

A câmara de Mirandela negociou em 2000 cerca de 10.000.000 de euros de fundos do QCAIII.

Quando fez o plano de actividades naquela altura, inscreveu como receita a verba negociada, ou seja, os 10.000.000 euros no plano.

Como os investimentos propostos para execução se repartem por vários anos, e por varias obras, estas não podem ser apresentadas ao Tribunal de Contas aos pedaços. Se o fizessem este organismo público não aprovaria essas obras. Portanto, têm sempre que ser apresentados pela sua totalidade.

Face a esta realidade, a execução orçamental vai sendo atingida à medida que a obra ou as obras forem concluídas.

Assim, se somarmos as percentagens de execução de cada ano, de vigência do QCA, vamos então encontrar os 100% de execução orçamental.

Eles sabem que é assim mas escondem estas realidades.

Relativamente às críticas sobre a baixa taxa de execução orçamental do ano de 2005.

Também aqui estas críticas são injustas e pretendem escamotear outra realidade, que só, pode ser entendida apenas como arma de arremesso político.

Toda a gente sabe, que não há câmara nenhuma deste país que não apresente planos ambiciosos sempre na perspectiva de vir a concretizá-los o mais possível. É perfeitamente legítimo e aconselhável.

Pior seria se se fizesse o contrário! Se não se apresentarem planos ambiciosos. Porque se houver condições favoráveis para a sua eventual concretização, não poderíamos aproveitar



essa vantagem por falta de inclusão no plano. Aí sim, as críticas da oposição poderiam ter alguma propriedade e oportunidade.

É muito fácil fazer subir a taxa de execução orçamental. Bastava fazer um plano à medida das receitas previstas.

Exemplo:

Prevemos arrecadar 20.000.000 de euros

Fazemos um plano para 20.000.000 euros

A execução orçamental andaria pelos 100%

Isto caros colegas, era uma grande irresponsabilidade.

Assim, as críticas da oposição, ainda que legítimas, são apenas um mero exercício de retórica e demagogia política.

Em relação à capacidade de endividamento, também aqui temos provas indesmentíveis de que esta câmara goza de um privilégio que nem todas se podem vangloriar.

Quem leu o jornal de notícias do passado dia 21 (salvo erro) pode ler o ponto de situação de todas as câmaras relativamente a esta questão.

Passo a recordar:

75 câmaras não podem contrair mais dívidas. Mirandela não consta desta lista;

95 câmaras só têm capacidade de se endividamento até 500.000 euros. Mirandela não consta desta lista;

Só 138 câmaras é que não estão abrangidas pelas restrições acima referidas. Mirandela consta desta Lista.

Como vêm Mirandela goza de um privilégio que a maioria das câmaras do país não tem.

Neste momento a nossa capacidade de endividamento ronda 1.400.000 euros (1.380.000). Uma verba significativa.

Como vêm, também nesta matéria, a oposição deu um tiro no ar.

Finalmente a dívida a fornecedores:

Dos cerca 2.800.000 euros de dívida, a sua maior parte, cerca 2.200.000 euros é a empreiteiros e com obras ainda em execução.

Destes, cerca de 1.000.000 euros não foram pagos e não o serão enquanto não forem dirimidas as questões de contencioso já que se trata de dívidas a empresas que não cumpriram os contratos estabelecidos com a câmara e outras declararam falência, entre outras situações.

Apenas cerca de 600.000 euros são dívidas a pequenos fornecedores.

Portanto a dívida efectiva a curto prazo, rondará o 1.800.000 euros. Nada de alarmante para uma câmara com a nossa dimensão.

Quanto aos prazos médios de pagamento, também poderemos considerar a situação perfeitamente normal, já que de um modo geral está entre 90 a 120 dias.

Pergunto:

Haverá muitas empresas com a dimensão da câmara de Mirandela que tenha prazos médios de pagamento aos seus fornecedores inferiores aqueles prazos???

Creio que não haverá muitas.

É evidente que quem tem a responsabilidade de bem gerir os dinheiros públicos, a gestão deve ser rigorosa e levada até ao seu limite. E quem tem a responsabilidade de fiscalizar tem obrigação de cumprir com essa obrigatoriedade. Por isso, cabe-nos a nós apreciar e votar este relatório que em nosso entender retrata a situação real da Câmara e que esta, tem sido gerida de acordo com as normas e com as regras estabelecidas por isso não compromete o futuro.

É em meu entender, isto que importa reter.

Muito Obrigado.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

O que eu tinha a dizer sobre isto é muito pouco, mas o orador que me antecedeu, não fez na minha opinião tanto uma avaliação da prestação de contas, mas a avaliação da posição da vereação da oposição, mas pronto. Mas também há uma coisa que me pareceu estranha, então o Centro de Saúde, os funcionários que vão para lá, é a Câmara que vai pagar? Parece-me que não, deve haver aí assim algum erro de interpretação, mas é sua opinião. Às vezes a gente querer defender tanto que até mete os pés pelas mãos, é a minha opinião, também posso estar enganado.

Relativamente a isto, eu tive a sorte de ter estes papéis, não quer dizer estes papéis em termos depreciativos, por amor de Deus, o CD, eu gastei algumas horas, mas tive alguma dificuldade, só depois é que soube que eles forneciam isto, que ao princípio só tinha o CD. Mas sobre as contas eu não me quero pronunciar, porque primeiro acredito nos técnicos da Câmara, segundo, o Tribunal de Contas também se irá pronunciar sobre isto. A minha avaliação é uma avaliação política. E a minha avaliação política é em função da lei existente em que as Câmaras são quase presidencialistas, o Presidente tem quase os poderes todos, a oposição, os que têm vereadores poderão apresentar propostas e depois em função das propostas deles, é executado ou não a acção da Câmara, nós infelizmente nem isso temos. Não temos Vereadores, portanto não podemos apresentar propostas. Como, e isto refere-se a 2005 e eu não estava em 2005, mas o camarada que me antecedeu votou contra o Plano e Orçamento de 2005 e por uma questão de princípio, é que aquilo que a Câmara faz, não é aquilo que nós fazemos, por isso é que a Câmara ganhou, a Câmara tem os elementos que tem e nós não temos, mas também não deixamos de ter opinião deste tipo de situações e eu vou votar contra, não porque não reconheça que foi feito alguma coisa de útil, mas que aquilo que foi feito não era aquilo que nós faríamos se estivéssemos lá e portanto não tenho que votar aquilo que os outros fazem, quando contrariam as minhas opiniões. Muito obrigado.

#### **Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

O Relatório de Gestão e Conta de Gerência de 2005 da C.M.M. é como de costume apresentado a esta Assembleia Municipal. Este documento traduz os resultados da actividade municipal no ano de 2005.

Relativamente à Conta de Gerência, no meu entender, compete ao Tribunal de Contas ajuizar da sua validade, por isso estou completamente convencido que tecnicamente os dados apresentados estão correctos e como tal não me merecem qualquer reparo.

Quanto ao Relatório de Gestão, este sim, merece uma apreciação política por parte dos Senhores Deputados Municipais e só este deveria ser votado por esta Assembleia Municipal, pois as contas, independentemente do voto da Assembleia Municipal, o Tribunal de Contas é que tem o poder de as aprovar ou não.

Depois de ler a declaração de voto da oposição, CDS/PP, surgiu-me no espírito algumas dúvidas:

- Será que os Serviços Administrativos de apoio à Assembleia Municipal me enviou a declaração de voto do CDS/PP, relativamente às contas de 2004? Que por sinal era idêntica à de 2003.

- Será que os Srs. Vereadores da oposição não fizeram a análise dos documentos e limitaram-se a transcrever as declarações anteriores?

- Ou terá sido a pessoa que fez a declaração de voto de 2003 e 2004 a analisar os documentos e a produzir tal declaração?

Estas dúvidas surgem-me pelas seguintes razões:

Os Senhores Vereadores da oposição, são novos no Executivo e em 2005 não faziam parte do mesmo, o que significa que não tiveram qualquer participação na discussão do Plano, nem nas deliberações que deram origem ao trabalho realizado em 2005.

- A matriz destas declarações de voto são sempre as mesmas, ou seja: aumento das despesas correntes, falta de força política para conseguir Contratos-Programas, promessas não cumpridas e amnésia total da obra realizada.

- Esta declaração serve para qualquer oposição apresentar em qualquer Câmara do País.

- Relativamente ao aumento das despesas correntes, expliquei em 2003 e 2004 quais os motivos desse aumento. Não vou repetir o mesmo, mas lembrar aos Srs. Vereadores que todas as estruturas realizadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos Mirandelenses provoca inevitavelmente aumento das despesas correntes.

Nesses anos convidei a oposição a apresentar propostas para a sua diminuição, mas ou não ouviram ou não tiveram essa coragem.

Hoje volto de novo a pedir aos Senhores Vereadores da oposição que tenham essa coragem de apresentarem propostas para a diminuição dessas despesas. Encostem o executivo à parede com propostas tais como:

- diminuição de postos de trabalho;
- abandono total ou parcial das zonas verdes;
- encerramento das piscinas durante determinados dias;
- o não pagamento das componentes não lectivas;
- a recolha de lixo só duas vezes por semana;
- a asfixia das Associações, não lhes dando o subsídio.

Tantos exemplos que poderiam ser apontados, mas os Senhores Vereadores são jovens e terão brilhantes ideias para essas propostas. Ou será que no vosso Plano Estratégico estas propostas não têm cabimento?

Quanto à falta da força política para conseguir contratos-programas, estou convencido que se tivéssemos um executivo CDS/PP, o Senhor Primeiro Ministro e os Senhores Ministros ou teriam que fugir ou então transferirem os orçamentos dos seus ministérios para os cofres da Câmara Municipal, tal é a força política do CDS/PP local.

Neste ponto estou de acordo com os Senhores Vereadores, são realmente uma grande força da natureza.

Relativamente às promessas não cumpridas e à vossa amnésia total da obra realizada, não me preocupa mesmo nada.

Eu ficaria preocupado, se o mesmo acontecesse aos eleitores do concelho de Mirandela.

Pelos vistos não aconteceu, pelo contrário, recordaram perfeitamente aquilo que o executivo liderado pelo Dr. Silvano fez e continuará a fazer pelo desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

Este Relatório de Gestão, bem como os anteriores foram aprovados por uma grande maioria de eleitores, nas últimas eleições autárquicas de Outubro, Nesse dia disseram claramente quem queriam a dirigir os destinos desta autarquia.

Estou convencido que o voto da oposição foi um voto político partidário e mais me convenço disso, quando vejo um voto totalmente ao contrário relativamente ao Relatório e Conta de Gerência de 2005 – S.M.A.

Qual a razão dessa mudança?

Fará parte do vosso Plano Estratégico?

Prometo que vou pensar neste assunto.

Para terminar, o Grupo Parlamentar do PSD, vai votar favoravelmente o Relatório e Conta de Gerência de 2005 e esperar que o executivo continue a trabalhar para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho. Muito obrigado

#### **Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Bom dia a todos, Senhor Presidente, respectiva Mesa, Executivo da Câmara, Deputados Municipais, Municípes.

Eu começava a minha intervenção por dar os parabéns ao Executivo e por uma razão muito simples, que tem a ver com a implementação do correio electrónico. Eu tenho recebido regularmente no meu mail todas as informações do Executivo e isso para mim é um factor de regozijo e é um factor de nos colocarmos na linha da frente e por isso eu tenho que aqui dar os parabéns ao Executivo. Também gostaria de lhe dar os parabéns pelo site, não o vou poder fazer, dou pelo aspecto formal da existência do site, não pelos conteúdos do site e não dou por duas razões muito simples, é que na minha opinião, o site deveria ser uma oportunidade, um elemento estratégico para vender Mirandela, quais são as oportunidades de investimento de Mirandela, o que é que culturalmente Mirandela oferece, quais são as vantagens que há em viver ou investir em Mirandela e de facto essas componentes passam um pouco ao lado, em detrimento de elogios e da repetição do Boletim Mensal, e daí que eu diga, dou os parabéns pela existência do site mas não dou pelos seus conteúdos.

Em relação ao Ponto da Ordem de Trabalhos eu gostaria de ir um pouco atrás e de ir à altura que votámos o Orçamento para 2006. E quando votámos o Orçamento para 2006, foi dito que era irrealista e que persistia num erro de continuar a insistir em taxas de execução de 30% e não me venham com questões de obras plurianuais, porque se fôssemos analisar a execução das obras plurianuais no ano, então não teríamos 30%, mas teríamos 5% ou 3% de execução. Por amor de Deus sejamos honestos intelectualmente em relação a essa questão. Aqui estamos a votar o Relatório e Contas e o que é que nós estamos a votar? Não estamos a votar se está tecnicamente bem feito, eu tenho o maior apreço pelos Serviços da Câmara e estou convencido que está tecnicamente bem feito e para isso está o Tribunal de Contas. Nós e como já aqui foi dito, dão-nos a analisar a questão política. Criaram-nos expectativas, determinadas expectativas com o orçamento e eu não estava cá nessa altura, votado em 2004 e o que eu aqui venho e o que vimos todos, verificar de execução dessas expectativas e aí é que a porca torce o rabo, a porca torce o rabo porque essas expectativas não foram cumpridas e caímos sempre na taxa dos trinta e poucos por cento. Também as contas reflectem aquilo que na altura nós dissemos sobre o orçamento para 2006, que ele era constituído por medidas avulsas, conforme uns e outros vão fazendo pressão e vão fazendo lobi, vão-se inscrevendo as obras e se uma Junta diz, então mas prometeu-me que ia compor a capela, que ia fazer a estrada, enfim, as diferentes obras possíveis,



diz, ela já está inscrita e isso eu chamo medidas avulsas porque em termos de conteúdo estratégico, continua, nas contas não tinha que haver, não espero que exista quando formos votar, as contas de 2006 porque no orçamento também não está e mais uma vez aproveito esta oportunidade para fazer um apelo para que seja definido um plano estratégico. E foi até com agrado que ouvi algumas palavras do Vice-Presidente, dizendo que tinham essa preocupação. Por estas razões, obviamente que temos que votar contra e temos que votar contra, volto a dizer, por uma questão política, tecnicamente deverá estar irrepreensível, concerteza. Agora as expectativas que criaram não foram cumpridas, eu diria até, porque é esse o meio em que me movimento, no meio da iniciativa privada e das empresas, que um Conselho de Administração que apresentasse um relatório destes era demitido. Aqui não é demitido e muito bem diz e muito bem dizem, porque foram sancionados nas últimas eleições e eu direi, sim senhor, a cadeia de compromentimentos tem funcionado, continua a funcionar e ganharam as últimas eleições. Pela nossa parte, nós votaremos contra as contas de 2005.

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Não sei se se recordam que no anterior mandato, mesmo no final do mandato, a discussão andou à volta de um cartaz que tinha sido afixado pela Câmara Municipal e que tinha a ver com "O Amor está no ar". Ainda se falou muito de amor, julgo que na última ou na penúltima Assembleia Municipal e eu diria que agora é a modernização que está no ar. E se o "amor" foi bem aceite na altura por todos os Grupos Parlamentares, parece que a modernização não está a ter a mesma receptividade. E isto, tem a ver com a intervenção do Dr. Maximino, líder do Grupo Municipal do CDS, que de certa forma se insurgiu contra o facto de o relatório vir em suporte de CD. É que realmente é estranho, e é estranho sobretudo vindo da bancada do CDS, porque naturalmente todos nós não pudemos deixar de prestar a devida atenção às várias, muitas e exaustivas intervenções que o Dr. Luís Sousa tem feito sobre a necessidade de a Câmara se abrir e estar receptiva às novas tecnologias. Mas também não é só por causa disso, Dr. Maximino, que a Câmara Municipal optou por enviar um CD, é que os custos são muito diferentes... Eu, por acaso, tive o cuidado de ver qual era a diferença, ou seja, quanto custaria, enviar aos Deputados Municipais este Relatório em suporte de papel e quanto custou enviá-lo em CD e devo-lhe dizer, para quem fala tanto nas despesas correntes e na necessidade de diminuir despesas correntes, que os valores são substancialmente diferentes: e então passo a dizer, em suporte de papel 83 exemplares deste Relatório, importariam num montante de 8.500 Euros, 83 CDs, importaram na quantia de 25 Euros.

Portanto, julgo que está aqui claramente evidenciada a diferença e é assim meus senhores, que se combate este galopante aumento das despesas correntes, naquilo que é possível, naquilo que é possível combater, porque naturalmente há despesas correntes fixas que não se podem combater, sob pena de se perder a qualidade que Mirandela hoje já tem e que oferece aos seus Municípios. Porque é evidente e fazendo também uma alusão ao que o Dr. Cordeiro disse e não foi feliz usando como exemplo a remuneração dos funcionários do Centro de Saúde, mas podemos dizer que, por exemplo a piscina que se traduziu num investimento de dois milhões de contos, isto em termos de investimento, representa uma despesa corrente de 250.000 Euros. Isto são despesas correntes, mas isto também é qualidade de vida para os Mirandelenses.

Depois para dizer também, rapidamente, que não é por acaso que a avaliação que tem sido feita aqui, sobretudo pelos elementos do Grupo Municipal do PSD sobre o Relatório de Contas, incide sobretudo na posição que os Srs. Vereadores com assento no Executivo e da oposição tiveram. Julgo que foi consensual. Pareceu-me que resultou de todas as intervenções que o Relatório de Contas e de Gestão, além de tecnicamente ser perfeito, desta vez ter evidenciado, digamos que um esforço acrescido no sentido de dar toda a informação e meus senhores, a informação foi tanta que o Sr. Vereador da oposição até considerou que era confuso, ou seja, quando não há informação temos o Sr. Vereador da oposição a comentar que há ocultação de informação com vista a violar os critérios de transparência, quando a Câmara apresenta um relatório exaustivo e minucioso, o Sr. Vereador ficou confuso. Depois dessa confusão em relação ao relatório, ainda se atreve a dizer que a introdução é curta e isso também o deixou confuso, portanto, ora porque se escreve demais ou porque se escreve mesmo, o Sr. Vereador ficou sempre confuso. Mais, é tanto mais grave que ele tenha ficado confuso, quando diz que a introdução é curta porque pretende justificar o injustificável. E o injustificável para o Sr. Vereador da oposição é que e pasme-se, que o País atravessa uma crise económica e que naturalmente essa crise económica também tem repercussão nas Autarquias. O Sr. Vereador, penso eu, deverá julgar que Mirandela é uma ilha auto-suficiente, independente, alheia aos constrangimentos económicos propalados por todos os governantes, aceites por toda a oposição, nomeadamente pelo CSD, que eu considero naturalmente um partido responsável. Julgo que o Sr.



Vereador confundirá Mirandela com alguma monarquia, é que realmente o irmão do Sr. Vereador também já veio aqui à Assembleia Municipal, por várias vezes, falar no reinado do Dr. Silvano e quando se fala em reinados, há reis, reinado, monarquia e daí, que realmente considere que há uma total autonomia da gestão camarária em relação a toda a restante República. Mas Mirandela, Sr. Vereador, insere-se na República e vive problemas graves e vive os mesmos problemas que afectam todos os países e ressentem-se como se ressentem todas as Autarquias, com os atrasos nos pagamentos dos fundos comunitários e daquilo que são as transferências que o Estado tem que fazer.

Portanto, não sendo uma monarquia e com todos estes constrangimentos, não podia naturalmente deixar de fazer referência àquilo que também já foi afluído pelo Dr. Cordeiro e que tem a ver com a boa saúde financeira que a Câmara Municipal goza. E essa boa saúde financeira, não é afirmada por mim, porque se fosse afirmada por mim, era suspeita. Foi a Direcção Geral das Autarquias que divulgou esse documento, que foi publicado no Diário de Notícias e que porventura não foi lido pela oposição que naturalmente, com tanta informação que havia no relatório, não perdeu o seu tempo a ler os jornais e foram muitos os que publicaram essa mesma informação. Por outro lado também para dizer que estranho que a oposição não se congratule com o facto de Mirandela ter ainda uma capacidade de endividamento de 1.380.000,00 Euros e a oposição não se congratula, quando andou aqui durante várias sessões a falar em Câmaras vizinhas, na boa gestão que era feita nas mesmas, nomeadamente fez apelo a Carrazeda de Ansiães, a Vila Flor, a Murça que foi aqui referenciada muitas vezes e essa oposição não vem agora aqui num acto de mea culpa dizer, afinal a boa gestão é nossa, não é deles.

Então, a oposição constata que a Câmara Municipal de Murça, tão generosamente elogiada e referida aqui como expoente máximo de boa gestão, atingiu o limite da sua capacidade de endividamento e não assume isso. Constata que a Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães atingiu o limite da sua capacidade de endividamento e não vem reconhecer isso, constata que a Câmara Municipal de Bragança e Macedo estão entre os municípios cuja capacidade de endividamento se situa no patamar dos 500.000,00 Euros e não vem aqui reconhecer isto. Enfim, a oposição ignora tudo isto para votar contra! Faz uma abstracção daquilo que não lhe agrada, para enfatizar, naturalmente, aquilo que serve os seus interesses.

Resta-me dizer que é triste, isso também já foi aqui referenciado, constatar que os protagonistas até podem variar, mas o mentor na sombra continua sempre a ser o mesmo e é por isso que muita gente, abandonou o CDS. É tempo a meu ver e salvo devido respeito por opinião diferente, que os vereadores da oposição assumam outro estilo, outra linguagem, porque são jovens como disse o Prof. Dinis e nós não queremos, naturalmente, porque representam uma mais valia para Mirandela, vê-los partir, carregando o fracasso para terras longínquas como Lisboa, como aconteceu recentemente, como outros que utilizavam o mesmo estilo e a mesma linguagem.

Dar e receber. Dar um contributo por uma boa gestão camarária, é essa a obrigação da oposição. Receber o produto dessa mesma boa gestão camarária e era isto que eu tinha para dizer.

Quería só pronunciar-me sobre uma outra questão, porque me parece que foi de certa forma injustificado o site da Internet. O site da Internet, surgiu há relativamente pouco tempo. É um site que permite que todos, quem esteja no exterior, mas também os próprios munícipes, tenham acesso a toda a informação que lá se encontra. É evidente que o Eng.º Baltazar, tem razão em minha opinião modesta, quando diz que terá que ser aperfeiçoado, mas ele está em construção e naturalmente que esse aperfeiçoamento também virá com o tempo. Contudo, já não me revejo na crítica contundente que fez reduzindo o site à Agenda Municipal. Porque realmente se forem ao site da Internet, vêem que está disponível em formato pdf, salvo o erro, a Agenda, mas para além da Agenda, está disponível também toda a legislação autárquica, todos os regimentos e regulamentos municipais, estão disponíveis para o utente. E não é fácil muitas vezes as pessoas saberem como fazer requerimentos à Câmara, estão disponíveis dezenas de requerimentos - minuta, que o utente pode consultar quando pretende fazer um requerimento à Câmara Municipal e muitas outras coisas que seria fastidioso estar aqui a enumerar. Mas isto também para dizer que se é verdade que também entendo que o site se deve virar um bocadinho para o exterior de Mirandela, não deixa de ser verdade, que em termos de munícipes, o site da Internet da Câmara Municipal, representa uma mais valia incontestável sobretudo para quem tem que se dirigir à Câmara Municipal. Muito obrigada.

#### **Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

O Senhor Membro da Assembleia Municipal, Dr. Humberto Cordeiro, veio fazer aqui a defesa do Relatório e Contas de 2005 da Câmara Municipal e tentou dar-nos aqui uma lição de finanças públicas. Pela parte que me diz respeito, há 40 anos que de lá venho, não me ensina



nada. Para os orçamentos empolados, quero dizer ao Sr. Dr. Humberto Cordeiro que existem os chamados orçamentos suplementares, agora não se venham fazer orçamentos para municípe ver, porque isso é passar a peneira pelos olhos das pessoas. Isto não tem sentido. Quanto ao estudo dos documentos, é evidente que esta situação é extraordinariamente desagradável, eu queria perguntar a algum dos presentes se teve o cuidado de ler de fio a pavio os documentos que lhe foram enviados, ou inclusivamente consultar o CD. É que eu recebi no dia 19, mais alguém?

Eu, pelo devido respeito Sr. Presidente, é que na verdade do dia 19 em diante, eu não tinha tempo para ler concretamente este documento, e é evidente que o vou ler com mais vagar. E talvez depois no futuro eu possa responder com mais pormenor a algumas das situações que ele contempla.

Quanto aos custos, quando nesta Câmara, porque se gastam realmente verbas, às vezes sem interesse, eu não queria estar aqui a citar algumas, não é por aqui que realmente a despesa vai aumentar, ela aumenta mas é doutra maneira. A oposição tem que entender que nós não vimos para aqui fazer a sua apologia, mas desde quando é que nós vimos para aqui dizer que está tudo correcto? Então não seríamos oposição. Esta é a realidade. Não se surpreendam com a nossa posição. Tem que ser esta.

Quanto à intervenção da minha distinta colega, eu queria lembrar-lhe realmente, não estive cá no passado, mas ao que parece fez realmente uma recuperação muito significativa talvez um certo suspeitamento, não sei, eu deixo realmente esta questão. Muito obrigado.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Para uma segunda intervenção também, o David Garrido, por favor. Tem 10 minutos.

Ó Sr. Deputado peço o favor de não fazer diálogo, está a interpolar a Mesa, faz favor de interpolar para a Mesa responder. Apercebeu-se de que...

**Deputado Municipal Dinis Veiga, (PSD):**

Apercebi-me do seguinte: é que os Srs. Vereadores da oposição, quando é algum elemento que não é da oposição, fazem chacota e eles têm que se convencer que se é os vereadores que respondem perante a Assembleia Municipal e não a Assembleia Municipal que responde perante os Srs. Vereadores. É isso que eu quero chamar a atenção.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Terminou. Sobre a interpolação do Sr. deputado, quero dizer que o Presidente e a Mesa e nenhum dos Srs. Secretários se apercebeu de tal comportamento. Se porventura o Presidente desta Mesa ou qualquer dos Secretários se tivesse apercebido, provavelmente que usaria aquilo que o Regimento lhe propõe, de maneira que o incidente julgo que está ultrapassado.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Foi falado aqui assim da Internet mas era importante que a Câmara desse um pequeno curso de informática para a gente poder trabalhar, porque eu tenho computador mas está lá. Se a Câmara puder, eu alinhava nisso.

E queria fazer uma outra pergunta. Relativamente ao Departamento Sócio Cultural, exercem funções de apoio logístico ao Departamento um Fiel de Armazém, um Encadernador, um Telefonista, um Sonoplasta, um Auxiliar de Museus, 5 Auxiliares de Serviços Gerais (limpeza), três Motoristas e dois operários qualificados. A pergunta que eu faço é se mantém esta gente, estes trabalhadores, no Departamento Sócio Cultural, porque de facto vejo aqui assim Fel de Armazém do Departamento Sócio Cultural e é assim um bocado esquisito, mas pronto se calhar tem mais condições para aqui e não é preciso ser Fiel de Armazém. Há outra coisa que também está aqui no Relatório que é atribuição de subsídios, vem a relação dos subsídios, não vem só uma vez. A título de exemplo o Sport Clube de Mirandela, não vem só a totalidade, vêm dois montantes. Aquilo que eu pergunto é se são coisas diferentes.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**

Eu vou tentar ser o máximo possível telegráfico, porque como foi bem dito por alguns dos presentes, a gestão a que se refere este Relatório foi sancionada nas últimas eleições autárquicas o que significa que para bem e para mal ele está aprovado naturalmente por aqueles que nos elegem, no entanto cumpre-nos a nós que somos quem o elabora e quem o executa,



principalmente este de 2005, fazer um conjunto de observações, até para que fique claro perante todos, qual é a nossa posição e também para não ficarmos com a ideia de que quando somos interrogados, olhamos para o lado às perguntas e isso começa necessariamente pela tal falta de atenção que eu já hoje aqui já falei. Pode haver dificuldades com computadores mas no ano passado foi entregue também um CD e não houve um protesto nesta Câmara. No ano passado foi entregue um CD exactamente igual. Eu sei que há pessoas que não estavam cá nessa altura, mas foi exactamente igual, não houve um protesto nesta Câmara. O princípio económico nem o vou discutir, no entanto, o facto de entregar um CD, nunca foi considerado como o elemento base, foram sempre avisados os Srs. Membros da Assembleia e os Srs. Presidentes da Junta que caso tivessem necessidade se dirigissem à Câmara Municipal e nós fazíamos a impressão. Acho que essa discussão é uma discussão que caberá noutras alturas, não em relação em específico a este documento. Mas também é importante falar mais uma vez da atenção, pelo menos em computador não lêem os documentos. E a maior injustiça é vir dizer com uma cara de quem realmente não conhece nada do que é a actividade autárquica, que não há projectos candidatados por esta Câmara. Eu começo por aí. Não sejamos ignorantes, porque basta ler uma tabela que aí está, para calar essa ignorância. E essa ignorância é infelizmente comum a vários e eu nem vou falar daquilo que aqui já foi comentado, que são os chamados fundos fidelizados ou os fundos entregues à Câmara por execução, que acabaram no próximo Quadro, mas em que a Câmara foi negociada em termos de Governo, que teria x valor para Ambiente, x valor para Acessibilidade, x valor para Requalificação, não vou falar de Portas de Terra Quente que também foram negociados em âmbitos de projecto, vou dar apenas alguns exemplos que aí estão, de programas a que a Câmara concorre e pode ou não ser aprovado o projecto, porque são programas abertos em permanência. Eu falo da Terra Olea Interreg III B, eu falo do RMT, Riscos Naturais e Tecnológicos com a Junta da Galiza, Interreg III A, Vias Augustas, Interreg III A, Noé, Interreg III C Agris, S. Sebastião, desde o Bairro S. Sebastião até Vale Madeiro, Agris de caminhos, as estradas EN 15 e a estrada 154, protocolo directo, nós estamos a falar de quê? O Urbcom, noites a trabalhar para uma candidatura, ainda não lá chegamos, andamos ainda hoje a trabalhar nela, mas estão 2 000.000,00 de Euros candidatados e aprovados para esta cidade. Vão ser investidos 600 mil pela Câmara e o restante vai ser dado aos comerciantes. Ó meus Senhores, haja alguma seriedade. Temos o Museu de Azeite que está a ser construído neste momento, que não tinha financiamento e foi financiado. Isso quem quer ser sério, fale com seriedade e quem quer ser sério analisa os dados. Se os dados não estão correctos e não são informação suficiente, então apareça e a gente dá-lhe essa informação. Temos uma candidatura a nível nacional do POC, a única Câmara a nível nacional que foi aprovado um POC nestas características, Câmara Municipal de Mirandela. Meus Senhores, se querem informação, nós damos, agora não sejam ignorantes, porque isso diminui-nos a nós todos. Eu acho que nós não podemos ser ignorantes, principalmente numa sala destas.

Em relação à questão da execução, ó meus Senhores, a execução de 20 milhões, quanto é que é, se for 30%? E a execução de 5 milhões? O Sr. Dr. Maximino já foi Presidente da Câmara, como disse muito bem, qual era a execução no seu tempo? 30% de quanto? De um milhão de Euros? É que hoje nós cobramos 20 milhões de Euros meus Senhores e este ano não temos 20 milhões de Euros neste Orçamento, porque não contraímos o empréstimo a que tínhamos direito, sejamos claros. A Câmara não contraiu o empréstimo a que tinha direito, o que significa que nós geramos 20 milhões de Euros, geramos 20 milhões de Euros para distribuir na nossa população e não me venham aqui com demagogias. Querem discutir despesas correntes, querem discutir despesas de capital, essa é a discussão típica da oposição que não sabe fazer oposição, porque argumentos, o nosso Presidente da Câmara faz esse discurso todos os anos aqui e podemos fazê-lo outra vez, é a Piscina, é o que foi criado de novo, é o Museu do Azeite que vai gerar postos de trabalho, é tudo isso. Aí estão a crescer as despesas de pessoal, é verdade, é verdade, felizmente, significa que temos população activa a trabalhar e tomara eu ter sustentabilidade em todas obras que eu gero, para criar mais 20 postos de trabalho e assumo-o aqui publicamente, não tenho esse problema. Tomara eu que na Câmara tivesse 500 postos de trabalho sustentáveis meus Senhores, falemos disso, não é gerar um sistema de jardins que hoje em dia nos consome 50 funcionários e que por exemplo não tem um sistema de gestão de rega integrado, o que significa que se chover hoje, rega e se rega estou a pagar mais de 500 Euros em água durante esse mês e está a chover meus Senhores. E então quem montou esse sistema de jardins não se lembrou da gestão que era necessário fazer associada a manutenção, a operação, ó meus Senhores, falem disso, porque é que não vamos falar nisso, porque não vamos entrar nessa discussão ou vimos todos para aqui com conceitos teóricos que é muito importante e depois no básico não acontece. Quanto custa uma piscina? Há um ano sabiam? Eu hoje já sei, querem que vos diga? Quanto é que custa cada pessoa que vai à Piscina e não paga? E quando eu falo disso, falo de um conjunto de instituições que frequenta a Piscina, é o chamado custo social. Querem

avaliá-lo? Ó meus Senhores nem perdemos tempo com isso. Esta Câmara tem um caminho que definiu e esse caminho tem sido claro e reparem, olhem para a execução dos últimos anos, olhem com clareza para a execução nos últimos anos. Vamos nos 20 milhões de Euros, são 20 milhões de Euros e digam-me quantas empresas, infelizmente temos na região que o fazem e digam-me onde estão esses fluxos de dinheiro a entrar e digam-me onde é que estão as cobranças que foram feitas. Olhem para os dados, olhem para a evolução, leiam os documentos que vos apresentam à vossa frente e ao mesmo tempo vão ler os dados de investimento, porque nós ouvimos todos fazer aqui a defesa de tempos áureos, de quê? Olhem o investimento onde é que tem sido feito. E quando ouço dizer que nós damos um subsídio aqui ou além, eu vou ser exaustivo, bastante exaustivo. Eivados, tinha saneamento? Não, foi feito. Vilar de Ouro, tinha saneamento? Está em curso. Mosteiró tinha saneamento? Está em curso. Vilaes da Torre, tinha saneamento? Está em curso. Freixeda tinha saneamento? Está concluído. Barcel tinha saneamento? Está concluído. Soutilha, tinha saneamento? Está em curso. Chairas e Corriça, tinham saneamento? Está em curso. Jerusalém do Romeu, tinha saneamento? Está em conclusão. Vilar de Ledra está concluído. Caravelas está concluído. Vale de Asnes está concluído, Cedainhos está concluído. Vilaverdinho está concluído, Alvites está concluído, Vale de Lagoa, em conclusão. Paradela está concluído. Pai Torto, Chelas, Valongo das Meadas, Ferradosa e lançámos agora a Ribeirinha que já assinámos a adjudicação. Ó meus Senhores, isto é investimento em quê? Em quê? Estes dados são mentira? Têm-os aí nos vossos livros, na informação inicial está lá esta informação. Querem lê-los de melhor forma? Vão às aldeias, é um bom trabalho, Corram-nas e confirmem no local. Mas agora associem-lhe também 43 etars compactas que estão no terreno, 43 etars compactas, 8 etars de ervas que estão no terreno. Meus Senhores, sabem quantas fossas temos neste momento neste concelho, fossas cépticas antigas? Treze. E a concurso estão neste momento 4. Estamos a falar de quê afinal, demagogia, qual foi o investimento da Câmara? Foi orientado para onde? Quanto é que representa este investimento? Quanto é que representa? Quanto é que foi feito com os nossos recursos? É que os fundos comunitários representam 75% nalguns casos, porque a última candidatura aprovada em 1.200.000,00 Euros para saneamentos, foi em over booking porque as obras estavam todas lançadas e a Câmara estava a assumir os custos. O que eu estou a dizer é mentira e desafio o primeiro a vir aqui demonstrar que neste documento isto não está presente e que o que eu estou a dizer não é comprovado pelos documentos que estão na Câmara Municipal. Desafio a que mo digam aqui. Eu acho se nós queremos discutir um orçamento, e queremos discutir uma política da Câmara, podemos discutir todos os nossos conceitos, evidente que o conceito de desenvolvimento da nossa posição, não é o nosso, é lógico, era o que nos faltava. Há coisas em que somos comuns, há coisas em que todos olhamos para o mesmo, todos identificamos hoje em dia o azeite, enfim, é aquilo que nós consideramos mais importante e todos trabalhamos para isso. Eu reporto-me um pouco ao Eng.º Baltazar, ele participou connosco num projecto da elaboração de um documento estratégico, está aqui em cima da minha mesa e se tivermos possibilidade vai ser entregue ao Sr. Primeiro Ministro, se tivermos possibilidade, não sabemos se pode ser entregue, mas está feito e cada vez que preciso dele, vou buscá-lo e vou acrescentá-lo. E há mais documentos assim realizados. E eu torno a dizer o mesmo e esta Assembleia tem essa obrigação. Nós estamos no início de um Quadro Comunitário extremamente complicado, acabaram as Quintas e as Quintas é um problema que dá cabo da nossa região e nós temos que pensar nisso doutra forma e nesse sentido, eu também acho que é importante não virmos para aqui com a atitude de que isto é a Câmara dos incompetentes, isto é a Câmara dos laxistas, dos almoços e do resto, porque os dados vêm-se naquilo que está publicado. E eu sugiro que vocês vão à parte final desse documento que aí têm e vejam onde é que foi realizado o investimento, em vias, onde é que houve investimento realizado, onde é que ele está? Vejam quais foram os mandatos em que foi realizado. Em cobrança de fundos comunitários eu desafio-os também a contestarem esses dados. Desafio-os, porque lhes apresento a parte onde eles foram levantados, peguem nos Relatórios de Actividade desde 1990, somem as rubricas que lá estão equivalentes, mesmo com a mudança do POCAL e é bastante fácil porque as globais são bastante fáceis de juntar e vão-me dizer se estes dados são mentira. Por isso o que nós apresentamos hoje aqui, com toda a sinceridade, e é um documento que logicamente é criticável na sua base, na sua génese, porque é o nosso documento, é aquilo que nós fazemos, aquilo que nós executamos e a nossa missão. Agora o que eu não admito é o atrevimento de nos chamarem incompetentes, não na elaboração do documento, mas naquilo que são as nossas funções, que é procurar investimento local, procurar investimento directo e capital e principalmente gerir esse mesmo investimento. Um Centro de Saúde que está a ser construído em Mirandela neste momento, foi negociado por esta Câmara e esta Câmara negociou um Centro de Saúde que correspondia a trezentos e tal mil Euros e transformou-o num Centro de Saúde que é 1.300.000,00 Euros e foi negociado à mesa. Hoje estamos a executá-lo, tem dificuldades, é verdade sim senhor, houve problemas mas



estamos a executá-lo e quem vai beneficiar é a população. E é verdade, vai gerar postos de trabalho, é verdade sim senhor, não vai ser a Câmara a suportá-los, também é, sabem lá vocês, quem é que trata dos jardins do Centro de Saúde que está a funcionar neste momento, se se apaga uma lâmpada no Centro de saúde, quem é que vai lá mudar a lâmpada? Quando se parte um vidro, quando há um assalto, quem é que lá vai? O que é que não paga a Câmara nesta cidade? O que é que não paga a Câmara nesta cidade? Meus Senhores, o Centro de Saúde vai gerar emprego para a nossa região, mas também vai gerar trabalho, porque por exemplo toda a envolvente é da responsabilidade da Câmara Municipal, a vigilância, tudo isso vai ser nossa responsabilidade. Por isso sejamos pragmáticos naquilo que estamos aqui a discutir e julgo, cumpre-nos a obrigação de olhar para estes documentos com uma análise crítica, nem nós esperaremos outra coisa, mas também seremos justos naquilo que são as opções. Foram feitos em quatro anos, uma opção forte, nomeadamente ao nível das infraestruturas básicas, água, saneamento e distribuição de água e nesse aspecto, nós vencemos, e vencemos, porque neste momento como disse, lançamos a Ribeirinha e o que registam, tirando a situação do Cachão, como disse tem saneamento há 30 anos, o que temos são residuais. Lamas de Cavalo, enfim a Agueira, que vamos discutir a forma como o vamos fazer, vamos discutir a forma como o vamos tratar. Mas o resto é residual. Por isso eu não vou fazer mais a defesa do que aqui está. Alguns dos Senhores que aqui estão como é evidente já há anos quer discutem isto. Agora haja justiça nas afirmações que aqui são feitas e essas afirmações podem ser devidamente comprovadas.

Gostava só também em relação à parte do site, dizer o seguinte: há um esforço que está a ser realizado, vocês vêem hoje e peço-vos desculpa por isso, esta panóplia de informática que está a ser feito e está a ser realizado nesta Câmara Municipal. Esse esforço começou muito ténue e como vocês sabem há uma opção nomeadamente num profissional qualificado que entrou para este Executivo para implementar e aumentar esse esforço. O site que está a ser criado não é de longe o site que nós almejamos, nem de perto nem de longe, mas era uma imposição, era uma imposição e essa imposição foi cumprida no mínimo tempo possível. O site que nós almejamos, aquilo que nós pretendemos há-de ser apresentado a breve trecho e é evidente que tem que ser aquilo que disse o Eng.º Baltazar, sem dúvida, porque hoje em dia não se assumem conteúdos que não sejam eles em si retributivos e que permitam outro tipo de funções. Mas também é importante entender e mais uma vez, que por exemplo neste documento, estamos aqui meios atrapalhados porque vamos apresentar uma candidatura a redes de fibra óptica no valor de cerca de 2.000.000,00 de Euros para Mirandela. Estamos a falar numa candidatura para instalar fibra óptica na cidade. E estamos a falar de uma candidatura em que as condutas estão praticamente todas instaladas na cidade, porque nós aproveitamos a rede de gás para pôr as condutas. Por isso as opções são feitas de forma estratégica, porque se nós não tivéssemos colocado as condutas quando foi feita a rede de gás, hoje em dias não nos podíamos candidatar a fabricar fibra óptica, porque o maior investimento era efectivamente nas condutas e não na fibra óptica. E nós hoje o que estamos a candidatar é colocar fibra óptica dentro desses tubos que já instalámos. Eu peço para este documento a vossa aprovação e peço para este documento a vossa aprovação, primeiro pelo elogio que é necessário fazer aos funcionários que o executaram, às pessoas que no dia a dia lutam com as dificuldades e acreditem que é um dos documentos mais completos que podem aparecer, nomeadamente em termos de POCAL, até nisso estamos à frente. E ao mesmo tempo também, porque há um esforço de trabalho, não só no que se vê aqui politicamente, mas no resto, tem sido realizado por todos nós e também por todos vocês, porque eu tenho 37 parceiros, uns novos agora, mas tenho 37 parceiros que têm trabalhado muito em prol das suas freguesias, porque fazer um saneamento é uma dificuldade terrível. Hoje é a pessoa que não quer o ramal à porta, amanhã é o outro que deitou o muro abaixo, fazer um saneamento não é pela obra em si, é pelas dificuldades que tem. E nós temos tido parceiros e tenho que o dizer e aí não excluo ninguém, mesmo para os que chegaram de novo não temos essa dificuldade, temos tido parceiros muito importantes ao nível das freguesias e é nesse princípio que nós temos que trabalhar. Eu termino a minha intervenção, com que repito e hei-de repeti-lo até à exaustão, sempre que me for dada essa oportunidade, nós temos que pensar neste momento nesses três vectores, são fundamentais, o que já temos feito, o que é que podemos fazer, o que é que podemos fazer em conjunto e o que é que havemos de fazer pela região e estes três vectores têm que ser os que nos orientam.

Só terminando dizendo ao Sr. Garrido, que há um projecto de reestruturação interna que está em curso neste momento que há-de ser apresentado à Assembleia, não lhe posso dar prazos que não quero, já esperou mais que uma vez o processo, mas gostaríamos que fosse ainda durante este ano e a reestruturação pressupõe a alteração de quadros, a criação de unidades novas, isto é uma alteração interna dentro da Câmara, o que vai acabar com estas situações,



nomeadamente porque o exemplo de alguns desses funcionários, estão classificados como tal porque não existe no quadro sequer a carreira a que eles deviam estar efectivamente adstritos. E não existindo essa carreira, também nós não podemos de maneira nenhuma enviá-los para outro lado então era a mesma coisa. Estão sempre transfigurados na carreira. Está a ser feita uma análise profunda de todos os serviços neste momento, está a ser feita a preparação de um documento que pretendemos apresentar brevemente e depois da apresentação desse documento podemos então discutir essas questões com outro tipo de à vontade. Houve mais uma pergunta que foi o subsídio do Sport Clube de Mirandela. Como vocês sabem, o Sport Clube de Mirandela até ao ano anterior, e felizmente já acabou, era financiado em duas componentes. Uma componente que dizia respeito à sua actividade normal, contrato-programa e a componente do arrelvamento do campo de S. Sebastião. O arrelvamento do campo era considerado separado em termos de subsídio, porque era depositado numa conta dedicada e aquele dinheiro chegava ali e era directamente aplicado para não haver confusões com o subsídio normal.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Então não havendo mais intervenções neste Ponto 3, Relatório e Contas de Gerência, vamos votar.

**Votação:**

Votos Contra .....16

Abstenções ..... 2

Votos a Favor..... 44

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Relatório e Conta de Gerência de 2005 – CMM.**

**PONTO 4 – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2005 – SMA.**

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Eu só quero dizer que relativamente a este Relatório dos Serviços Municipalizados, e é para que fique em acta, é que eu votarei contra porque não me conformo que se pague a taxa do lixo e a taxa de saneamento quando não se gasta um milímetro de água. Muito obrigado.

**Deputado Municipal Adérito Pires (PS):**

Senhor Presidente, apenas uma questão telegráfica, aproveitava o ensejo em que se discute esta questão do Relatório da Conta e Gerência dos SMA, para fazer uma pergunta à Câmara Municipal, que de resto não me tenho cansado de fazer nesta Assembleia, já no mandato anterior, tem exactamente a ver com a quantidade de água, com a qualidade e com a quantidade. Sabe esta Câmara Municipal que há determinadas zonas da cidade onde a água não chega em abundância, nomeadamente em pontos altos da cidade e em edifícios com três andares, a água em horas de ponta não chega. A Câmara Municipal tem conhecimento desta questão desde há muito tempo e eu solicitava de facto empenho para resolução deste problema à Câmara Municipal, porque isto enerva muitas famílias, enerva muita gente que numa hora de ponto, nomeadamente às 08 horas, estejam a tomar banho e que de repente a água acabe. Tem que ser posta com esta simplicidade esta questão. Eu julgo que esta também deve ser uma questão estratégica de Mirandela, a resolução do problema da água, de uma vez por todas.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**

Duas informações apenas. Em relação ao tarifário, Sr. Garrido brevemente iremos falar sobre isso. Acho que a questão do tarifário tem que ser posta com uma obrigatoriedade associada à nova tarifa, ao novo tarifário, nomeadamente ao fundo de equilíbrio tarifário, que tem que ser discutida e esta Assembleia vai ter que passar por isso, porque há obrigações nos nossos programas comunitários concebidos, que têm muito a ver, quer com os saneamentos, quer com os livros, quer com a água e iremos falar nisso. Existe uma taxa que é a salubridade, existe uma taxa para cada serviço. Essa discussão poder-lhe-ei fornecer já alguns elementos, nomeadamente o próprio PESAR, que é programa 2 que está neste momento a ser elaborado, onde vem já o princípio da discussão, que vai aparecer depois.



Em relação à qualidade da água, eu queria dizer o seguinte: eu anuncio em primeira mão e brevemente irá ser anunciado publicamente, a Câmara Municipal fez um Protocolo com o Instituto Piaget – Mirandela, a Câmara Municipal não os Serviços, para fazer a monitorização de toda a rede de água da cidade. Isto é, a colocação em pontos estratégicos em termos do modelo teórico irá permitir quer a telegestão dessa mesma água, quer a realização destes problemas que são problemas também de conceito de uma rede que foi construída sem ser planeada.

**Deputado Municipal José Baltazar Aguiar (PS):**

Era uma pequena pergunta que em parte foi respondida pela parte final do esclarecimento do Sr. Vice-Presidente, que era tentar saber se sabia quanta água se perdia na rede e se havia algum cálculo sobre a água disponibilizada e a água paga.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela:**

Temos sim. Esse cálculo, infelizmente é realizado com bastante rigor, estamos a falar de Mirandela neste caso, também nas aldeias, que não são nossa responsabilidade porque nós neste pagamento pagamos toda a água que consumimos em alta na etar o que significa que depois temos os dados de quanta facturamos individualmente e a diferença é bastante simples de fazer. Há um dado que muda no Verão, que é a tal questão da rega dos jardins que é um dado ainda bastante importante, mas que neste momento está a ser construída uma rede de rega paralela associada à barragem de Vale de Madeiro e a captações directas ao rio, para compensar, mas de qualquer das maneiras eu posso-lhe dizer que as nossas perdas andam em valores absurdos, assim como todas na nossa região, mas assumindo como um valor intermédio, anda à volta de 40% em tempo normal.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito bem. Há mais alguma intervenção sobre este ponto dos SMA? Não há, então vamos votar este Relatório e Contas.

**Votação:**

Votos Contra ..... 1  
Abstenções ..... 3  
Votos a Favor.....58

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, a aprovação do Relatório e Conta de Gerência de 2005 – SMA.**

**PONTO 5 – INVENTÁRIO DO MUNICÍPIO 2005.**

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

A interpretação que eu tenho, do Regimento, mas é claro, da própria lei, é que este ponto não é votado, é só apreciado. Relativamente ao Relatório da Câmara e dos Serviços Municipalizados, é votado.

**PONTO Nº 6 – PROJECTO DE REGULAMENTO DOS ECOCENTROS DE MIRANDELA E DE TORRE DE D. CHAMA.**

**Deputado Municipal José Baltazar Aguiar (PS):**

Senhor Presidente, Srs. Deputados, eu pedi a palavra para falar sobre este ponto, em duas vertentes. A primeira vertente é como fazer deste documento, um documento estratégico para Mirandela e que possa levar a uma tomada de decisão afirmativa, de empresas amigas do ambiente que se queiram instalar em Mirandela. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que hoje em termos industriais, quase tão importante como a energia, só para dar um exemplo, como a energia ou como a água, é o problema ambiental e há legislação bastante rigorosa sobre isso. É importante que exista este regulamento, mas não vi no seu articulado e algum do articulado limita-se a verter e não podia ser doutra maneira, as definições da própria lei, mas havia outro que poderia ser usado nesse aspecto estratégico, ou seja, passar esta mensagem, dizer, é uma pequena empresa, é uma empresa amiga do ambiente, então nós Câmara, através do



uma pequena empresa, é uma empresa amiga do ambiente, então nós Câmara, através do Ecocentro e através do Regulamento, resolvemos-lhe o seu problema que tem com os seus resíduos sólidos. E este problema não é de somenos importância, poderá parecer que isto é de somenos importância, mas não é. Assim muito rapidamente, eu dir-lhes-ei que o problema dos resíduos sólidos é gravíssimo, há gente que ainda não se apercebeu dele, mas um dia podem ter por exemplo a visita da GNR e perguntar-lhe assim "Olhe o que é que faz aos seus resíduos sólidos?" Meto ali no caixote do lixo. Então olhe aqui tem o levantamento de um processo, tem a coima e tem tudo isso. Aqui na definição, e é este aspecto e eu vou concretizar, na definição e isto decorre da lei, define em particulares e muito bem, a empresas que tenham uma produção inferior a 1.100 litros / dia de resíduos. É esta a definição que decorre da própria legislação, mas posteriormente, dizem que as empresas estão impedidas de entregar no Ecocentro, pilhas, baterias e coisas desse tipo.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Relativamente aos entulhos, que recebe no Ecocentro entulhos, mistura de resíduos não contendo substâncias perigosas, resultantes da construção e demolição, nomeadamente de betão e depois diz, apenas são admitidos entulhos, escombros e material inerte procedente de pequenas obras domésticas até 100 quilos por dia. Eu parece-me que estes 100 Kgs. é um valor muito baixo para os entulhos. Um indivíduo deita uma parede abaixo, tem que guardar em casa, porque se ultrapassar 100 Kgs. não pode introduzir no mesmo dia, me parece que aqui este valor que devia ser aumentado.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**

Este regulamento foi elaborado no âmbito da Empresa Resíduos do Nordeste, é comum a todos os Ecocentros que são geridos por essa empresa ou pelo menos que têm concessão e, como disse muito bem o Eng.º Baltazar, reporta-se essencialmente àquilo que a lei de forma global fala para este tipo de resíduos. E a lei de forma global também diz que nós temos que proteger mais o resíduo particular do que o resíduo industrial e o resíduo industrial tem que ter um tratamento mais particular. E isso passa pela questão dos resíduos alimentares de animais, dos talhos e peixarias, é uma dor de cabeça, porque nós não podemos estar à espera que um talho de Mirandela consiga resolver o seu problema com esses resíduos, os entulhos que é uma obrigação do construtor, que não há nenhum aterro de inertes na nossa região e não se sabe o que se há-de fazer aos entulhos e prejudicam o aterro, digamos que deve ser reservado para situações mais nobres. Os óleos alimentares que é outra dor de cabeça, que são lançados no nosso sub-sistema e entopem uma etar e prejudicam imenso. As gorduras das alheiras em Mirandela é uma dor de cabeça, numa área de produção bastante difícil, enfim, os resíduos de pesticidas. Eu permitia-me lembrar aqui um conjunto de situações. Todas estas situações além de estarem a ser avaliadas um pouco também no âmbito da empresa de resíduos, há projectos e mesmo no âmbito da Associação de Municípios da Terra Quente, há projectos que estamos a tentar lançar, nomeadamente ao nível destes resíduos de talhos e peixarias, sistemas de recolha selectiva, mas todos estes sectores vão ser avaliados no âmbito do projecto que foi lançado agora, que é a chamada "Agenda XXI Local". A Agenda XXI local, foi lançada neste momento ao nível de 8 Municípios da Região e a Agenda XXI Local é basicamente um Fórum participativo. O Fórum participativo que pressupõe que aqueles que queiram participar pelo menos ao nível da entrega de sugestões, para depois encontrar indicadores e soluções para oferecer à população, aos industriais. Esse processo vai ser iniciado, virá à próxima Assembleia, posso-vos garantir, a subscrição da Carta de Alborg que são os princípios básicos, mas vai ser realizado ainda antes um Fórum para o qual todos vão ser convidados, para começarmos a definir os sectores em que queremos participar e aqueles sectores há um grupo coordenador, mas depois há sectores onde podemos participar. E esse dos resíduos é realmente um dos sectores que vai ser tratado não só a nível local, mas em termos inter-municipal, porque estas dificuldades que eu acabei neste preciso momento de elencar, posso-lhe juntar mais 4 ou 5 de cabeça. Os pneus foram sendo resolvidos mas continuamos a ter o problema dos resíduos de tintas. Temos um conjunto de resíduos que o pequeno industrial não consegue resolver. A Câmara Municipal não tem virado as costas a isso, por exemplo nos pesticidas temos sido nós a assumir os encargos, eu aproveito este pequeno momento de votação e aprovação deste regulamento para solicitar e para vos pedir a participação nesse Fórum para o qual vão ser convocados. O Fórum, a palavra Fórum, no fundo é uma assembleia como esta, aberta à população, a entidades, em que todos depois irão escolher o sector em que gostariam mais de participar e dar as suas sugestões e depois terão reuniões periódicas que irão desenvolver. Ao mesmo tempo seremos acompanhados por técnicos que nos

brevemente vão receber esse convite e o pedido que eu vos faço, com toda a disponibilidade que seja possível, é que estejam presentes nesse Fórum e depois participem nestes pequenos Fóruns sectoriais, para arranjarmos soluções para este tipo de problemas.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Então não havendo mais intervenções e sendo dadas as explicações, vamos votar este Projecto do Regulamento dos Ecocentros de Mirandela e da Torre D. Chama.

**Votação:**

Votos Contra ..... 0

Abstenções ..... 0

Votos a Favor ..... 58

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento de Utilização dos Ecocentros de Mirandela e Torre de D. Chama.

**PONTO Nº 7 – INTEGRAÇÃO DA FREGUESIA DE CARVALHAIS NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE MIRANDELA.**

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Nós congratulamo-nos pelo facto de a Assembleia de Freguesia de Carvalhais ter aprovado por unanimidade e o próprio Executivo, a inclusão desta Freguesia no Perímetro Urbano da Cidade, visto vir ao encontro de uma reivindicação do PCP, datada de Julho de 2003, quando este Partido propunha que “seja alargado o âmbito de intervenção da PSP de Mirandela aos aglomerados populacionais anexos da cidade, nomeadamente Bronceda, Vale de Madeiro, Freixedinha, Carvalhais e Vila Nova das Patas”, portanto nós, já em 2003 propúnhamos esta situação. Nós iremos votar a favor. Há aqui uma situação, pelo mapa que me foi distribuído, que me parece, mas posso estar a ver mal, se é possível explicar-me, é que há aqui uma terra de ninguém. Dá-me a impressão de que há uma parte entre Carvalhais, a delimitação de Carvalhais e a delimitação de Mirandela, mas eu posso estar enganado, esta história não vem muito referenciada, de que é uma terra de ninguém. Eu aquilo que pergunto é? Está delimitada a Freguesia de Carvalhais? Deve estar, está concertada. É esta que vem aqui? O resto que fica encostado é Freguesia de Mirandela? É que vêm aqui assim umas delimitações mais carregadas que deixam um bocado sem perceber. Mas pelo que me disse já o Sr. Presidente da Junta de Carvalhais, esta é a delimitação, o resto é Mirandela, portanto sendo assim parece que estou esclarecido. Agora esta história creio que vai ser aprovada, pelo menos nós votaremos a favor. Temos que ter em atenção o PDM, porque a ser aprovado, depois, isto ficará a zona rural como zona urbana, vamos ver como é que as coisas se vão entroncar.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Exm.º Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e restantes Membros do Executivo, Exm.ºs Srs. Deputados Municipais, Público em geral.

Caracterizada pela sua centralidade na região, a cidade de Mirandela revela um desenho urbano um pouco estereotipado, representado por uma malha orgânica versus reticulada, espraiando-se a mesma junto ao rio, encostas. A acalmia do rio enfatiza a importância na caracterização do lugar, cidade, rio. A realidade actual é que as próprias cidades estão mudando o seu contexto e as suas fronteiras, por tudo isto, penso que esta proposta, a integração de Carvalhais na área do perímetro urbano da Cidade de Mirandela, apresentada pela Junta de Freguesia de Carvalhais e Câmara Municipal, é bem-vinda. Eu digo aqui, ela devia ter vindo já há 15 anos atrás. Assim a cidade constrói-se tendo em conta a sua génese e com o apoio multidisciplinaridade ao uso do solo e da propriedade, para então se desenvolverem temáticas e métodos para a criação da cidade num todo. Será aquilo que a Câmara Municipal deverá já fazer na integração da Freguesia de Carvalhais no perímetro urbano da cidade, pondo de parte a cidade especulativa e desenfreada, criando então modelos e mecanismos para potencializar a cidade e quem nela habita, para que os fenómenos evolutivos do tecido urbano, através da sua contínua e simultânea retransformação sejam de uma grande abrangência política e social. Deve a Câmara,



esta ou qualquer outra, criar instrumentos de pré-viabilização da futura cidade. Falo aqui eu dos planos de pormenor Sr. Vice-Presidente.

Assim deverá qualquer Câmara Municipal ter em conta estes condicionalismos técnicos para uma nova política de gestão do espaço e dar continuidade à cidade, com novos mecanismos de estruturação, com os seus equipamentos e serviços espalhados pela mancha urbana já existente do centro até às periferias, baseada em critérios de sustentabilidade para então se poder fazer uma unificação e computação do tecido urbano, criando-se assim, chamo-lhe eu a “grande cidade de Mirandela”, que todos nós queremos. E devemos então evitar as tais roturas, por exemplo a ligação que eu aqui uma vez já falei do Parque Império à Reginorde e da Reginorde à Mata do Retiro, deveria no meu entender, mais do que uma vez vou dizer isso, ser uma ligação que tivesse uma incidência na cultura frenética do lazer, pondo de lado a nova construção de volumes, não funcionando como novo arruamento. Aqui é de enaltecer também a intervenção da recuperação das margens, que se está a realizar da ribeira de Carvalhais com a futura ligação ao Feira Nova. Estruturar malhas a nível do crescimento urbano devidamente consolidadas de modo a que o crescimento fosse um crescimento homogéneo e equilibrado. Eu falo aqui numa futura, que eu acho que a cidade precisa, uma futura ligação da Av. Eng.º Machado Vaz, junto ao Hospital, até ao nó Sul da IP4. A apostar nesta estratégia, Sr. Vice-Presidente, penso que a cidade ganha um mecanismo de grande coesão urbanística e social. Muito obrigado.

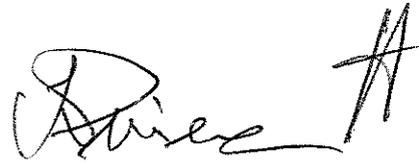
**Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Eu sobre esta proposta quero só dizer dois pontos. Em primeiro lugar, dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Carvalhais e à sua Junta, bem como à Assembleia de Freguesia, conseguiram ver mais longe, saíram do horizonte do seu quintal e realmente estão a ver muito mais longe do que viam antigamente. O segundo ponto é aquilo que disse realmente o Arquitecto Figueiredo, esta proposta vem atrasada 15 anos, o que seria hoje Vila Nova e Carvalhais, se isto já tivesse acontecido há 15 anos. E é tudo.

**Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, Marcelo Lago (PSD):**

Senhor Presidente muito bom dia, Srs. Secretários, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, ilustres colegas e Deputados desta Assembleia Municipal.

Eu ia fazer uma pequena introdução relacionada com este ponto. E só para dizer que não vou dizer que fui Presidente da Câmara, todos aqui sabem, no Concelho 80%, mesmo dos mais jovens, sabem, no Distrito e fora do Distrito e para dizer uma novidade, que essa para alguns é mesmo novidade ou para uma grande parte, é que antes do 25 de Abril fui Presidente de Junta de Freguesia e depois de ser Presidente da Câmara, com muito gosto e porque as pessoas, a população, os eleitores de Carvalhais assim o quiseram, sou Presidente de Junta. Sou Presidente de Junta e fui candidato primeiro, porquê? Porque sabia que o Presidente da Câmara ia ser candidato, sabia que o Vice-Presidente ia ser candidato, na altura não sabia quem seria a restante equipa que iria fazer parte da lista do PSD para a Câmara, mas uma certeza eu tinha, é que iam ser pessoas dignas, pessoas capazes e pessoas que iam de facto complementar uma equipa para levar de facto Mirandela por diante. E com esse objectivo e com essa certeza que as eleições iam ser ganhas pelo PSD, eu candidatei-me também à Junta. E porquê? Porque havia uma estratégia de facto definida também, não só no problema de Carvalhais da integração da cidade, porque não é só Carvalhais que vai beneficiar ou Vila Nova das Patas ou Vilar de Ledra ou Contins, a cidade, também como aqui foi dito e bem, beneficia, toda a cidade vai beneficiar com a integração da Freguesia de Carvalhais, na cidade de Mirandela. Mirandela deixa de ser e a partir de agora penso que, e penso que por unanimidade, estou convencido disso, que deixa de ser uma cidade pequena, para já ser uma cidade média, pois Carvalhais neste momento tem cerca de 2.800 a 3.000 pessoas, aqueles que estão recenseados e muitos deles neste momento não têm ainda o recenseamento na Freguesia de Carvalhais. Isto vai trazer benefícios logicamente a Carvalhais. E tanto vai trazer benefícios a Carvalhais, que neste momento toda a gente tem conhecimento das obras de infra-estruturas, obras ao fim e ao cabo estruturantes para tornar a Freguesia de facto uma freguesia urbana e não uma freguesia rural, como até aqui era considerada. Portanto tem de haver investimentos. Logicamente que a Câmara Municipal apostou também e apostou bem. Aposta nesta estratégia porque reconhece e com inteligência, penso eu, que Mirandela a partir de agora, fica com uma capacidade também de reivindicação maior, porque se temos 12.000 habitantes e passamos a ter 15.000 ou 16.000 habitantes, logicamente que é diferente. E há o caso concreto da polícia que já aqui foi falado. Esta é uma das estratégias da integração de Carvalhais na cidade. E não é por acaso, não é só com o Município, não é só a Junta de Freguesia que defende esta integração e esta estratégia para a



PSP. Isto é coordenado inclusive com a política nacional, com as pessoas que são reforçadas, eles estão de acordo e têm conhecimento desta situação e talvez por isso a Polícia de Mirandela ainda não saiu de Mirandela e penso quase de certeza absoluta e talvez o Sr. Presidente da Câmara e o Vice-Presidente tenham mais informação, que temos a garantia que de facto a polícia não vai sair de Mirandela, de maneira que agrade3cer a todos esta oportunidade e antecipadamente agradecer-lhes o voto favorável da integração de Carvalhais na cidade de Mirandela. Muito obrigado

**Deputado Municipal Adérito Pires (PS):**

Senhor Presidente, há de facto propostas que são consensuais isto também para registar aqui, a oposição nem sempre está contra e esta de facto é uma das propostas que merece a nossa aprovação, mas antes disso, um reparo, é que há coisas que ainda que se sintam não se dizem, nós vemos que às vezes a família é implacável, o primo Humberto referindo-se ao primo Marcelo, disse uma coisa demolidora, quase lhe atirou um poliedro granítico em relação ao passado, porque diz esta coisa espantosa, de facto esta é uma proposta que há muito tempo deveria vir aqui a esta Assembleia e depois veio o Sr. Marcelo e nós já quase nos tínhamos esquecido que ele foi Presidente da Câmara, ou seja, ele disse ele como Presidente serve, não serviu foi como Presidente da Câmara, mas a este propósito, de facto lembrar que a medida não enferma de quaisquer vícios, foi apresentada pela Junta de Freguesia, aprovada em Assembleia Municipal, o pedido foi deferido na Câmara Municipal e naturalmente está em condições de ser aprovada, mas eu também neste particular, recordava aqui que esta não é uma situação nova, porque já noutra ocasiões e não é pelo facto de esta ser uma decisão que não agrada ao PSD, recordam-se que num determinado momento, num Governo do PSD, a PSP estava para encerrar, havia já essa decisão e na altura, estávamos em 95 / 96, não encerrou porque entretanto, um Governo liderado pelo Eng.º António Guterres e que teve depois mais tarde como Secretário de Estado um homem da nossa terra na Administração Interna, não permitiu que efectivamente ela encerrasse, mas já na altura a população de Carvalhais serviu como referência, a população de Carvalhais foi junta à população de Mirandela e eu julgo que, aliás essa era uma questão para ver, podemos estar aqui a fazer uma duplicação de pedidos e eu aconselhava antes de enviarem essa proposta, verificar se efectivamente e nomeadamente quando foi elevada Mirandela a Cidade, se esta situação não foi já contemplada. Eu tenho algum receio que isto já se tenha verificado, porque no dia a dia se isto já acontecesse, esta proposta já tivesse sido aprovada, no dia a dia nada de anormal se verificaria, os cidadãos de Carvalhais continuam a ser da Freguesia de Carvalhais, continuam a ser do Concelho de Mirandela e portanto temo que de facto, aquilo que se está aqui a dizer, que vai ser um benefício para a Freguesia, que já pudesse ter sido antes, pelo facto, pela circunstância desta proposta já ter sido aprovada. Seja como for, parece que ninguém perde, todos têm a ganhar e portanto nós vamos aprovar. Muito obrigado.

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Eu queria pedir um esclarecimento. É muito curto. Na intervenção do Sr. Marcelo, Presidente da Junta de Carvalhais, dá a entender que com a aprovação pela Assembleia Municipal, está o assunto encerrado e é isso que eu pergunto. É que se calhar não está. Se calhar tem que ir à Assembleia da República e a Assembleia da República tem que decidir. Portanto não é a partir de hoje, porque as coisas são como são, isto é um passo para outro passo. A Assembleia da República é que tem poderes para definir esta situação. Era isto.

**Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):**

E para que não seja tudo mau do lado da oposição, naturalmente que nos congratulamos com a entrada da Freguesia de Carvalhais para a cidade, passam a ter o estatuto de cidadãos com outro estatuto, naturalmente. Queríamos realmente felicitar o Sr, Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais a quem me ligam laços de muita amizade, por esta iniciativa, toda a Junta e toda a Assembleia de Freguesia. Felicidades para a nova situação para a Junta de Carvalhais. Muito obrigado.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**

Eu gostava de dizer que à Câmara cumprem-lhe obrigações também neste processo e que irá naturalmente assumi-las. E está a assumi-las já através da realização de um PU que inclui a Freguesia. A questão de ela ser ou não aprovada, isso aí, deixo isso nas mãos, mas confiante,



certamente confiante que a Assembleia da República vai respeitar este princípio democrático nós conseguimos e já saudamos hoje aqui todos nós, eu acho que isto devia ser recebido com aclamação por todos nós.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Vamos então votar o Ponto 7 – Integração da Freguesia de Carvalhais, no Perímetro Urbano da Cidade de Mirandela.

**Votação:**

Votos Contra	0
Abstenções	0
Votos a Favor	58

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Integração da Freguesia de Carvalhais no Perímetro Urbano da Cidade de Mirandela.

**PONTO Nº 8 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**

**Deputado Municipal José António Ferreira (Independente)**

Muito obrigado. Na ausência do Sr. Presidente da Câmara dirijo-me concretamente ao Sr. Vice-Presidente, Eng.º António Branco, para dizer o seguinte:

Tive recentemente conhecimento que irá ser criado o futuro Museu Nacional Ferroviário a ser instalado no Entroncamento mas que terá dez núcleos espalhados por todo o país.

Recuperar composições e outras peças abandonadas, e manter a memória dos caminhos-de-ferro é o objectivo do museu, já apresentado pelo ministro das Obras Públicas, Mário Lino, que contará com a colaboração da REFER e da CP.

O museu, como disse, vai integrar dez núcleos que ficarão localizados em Bragança, Braga, Lousado, Macinhata do Vouga, Arco de Baúlhe, Valença, Chaves, Santarém, Estremoz e Lagos.

O objectivo é promover a sua requalificação e integração num projecto turístico e cultural comum.

O ministro Mário Lino deu a garantia de que a sua construção vai mesmo avançar, prometendo todo o empenho, e realçando que Portugal é um país com uma grande tradição ferroviária e seria incompreensível que não zelássemos por esse património.

Mas, mais importante do que recuperar composições abandonadas é manter viva a memória dos ferroviários, e um espaço museológico desta natureza será um repositório da história da memória ferroviária, dos trabalhadores que contribuíram para o sector com a sua tradição social de trabalho.

Assim, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vice-Presidente se não teve conhecimento deste projecto de implementação de núcleos locais do Museu Nacional Ferroviário?

Ou, então, se teve, se colocou ou não a possibilidade da candidatura de Mirandela como cidade acolhedora de um museu desta natureza?

Ou, se ainda há espaço para uma candidatura a este projecto?

Ou, se, ele de todo não revestia qualquer interesse para o nosso concelho?

Ou, se outro motivo qualquer determinou que Mirandela não venha a ter uma infraestrutura daquelas ao contrário de Bragança?

Mirandela teve linha-férrea e comboio antes de Bragança.

Se assim for, ou vier a ser, lamento pois, porque entendo que Mirandela teria excelentes condições para ter um museu ferroviário de elevada atracção turística.

O espaço da sua inserção, na histórica área da estação dos comboios, cabia num projecto ambicioso e mais vasto, ou seja, a zona de lazer que se pretende levar a cabo naquele local, enquadrada pelo antigo edifício da estação da CP, e pelo futuro Museu do Azeite e da Oliveira.

Honra-se, ainda, a memória dos homens que rasgaram a natureza para aqui chegar aquela via de comunicação, de resto, presente na toponímia do Bairro Operário, ali ao lado, através da Rua dos Ferroviários.

Um equipamento desta natureza seria, a par dos restantes aí instalados, seria com certeza potenciador de um espaço amplo de elevada atracção cultural, turística e de lazer.



Permitiria, ainda, a recuperação da zona compreendida entre a central de camionagem e o depósito de água, junto à passagem de nível, que apresenta um aspecto de degradação acentuado, contrastando com a área envolvente.

Seria mesmo, do meu ponto de vista, uma meio de reforço da manutenção e continuidade da Linha do Tua, que todos defendemos, e vimos já ameaçada.

Fica, pois, aqui a questão que coloco ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, pois nunca ouvi que Mirandela tivesse contemplado, me dirá ou não, a hipótese ou candidatura como cidade a receber um dos dez núcleos do Museu Nacional Ferroviário.

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

São duas questões muito breves, julgo que toda a gente, todos os Membros da Assembleia Municipal têm acesso, lêem, porque essas não vêm em CD, as actas da Câmara Municipal e eu venho fazer referência a essas actas por dois motivos. Primeiro, para felicitar a Câmara por ter cortado o mal pela raiz, durante várias reuniões foi referenciado que a política do posso, quero e mando se traduzia na manipulação de textos e dizia a oposição que efectivamente as actas não espelhavam aquilo que se passava nas reuniões. O mal foi cortado pela raiz, ou assim parecia, quando se instalou e penso que já estará em funcionamento, o sistema de gravação, que permite que fique tudo registado, o que é dito pelos vereadores, quer pelos vereadores da oposição, quer pelos restantes membros do Executivo. Eu digo que parece que está cortado, porque porventura não estará, porque entretanto já vi uma acta em que um Sr. Vereador considerava que as fotografias também deviam estar incluídas na acta e realmente as fotografias também não vão ficar registadas no sistema áudio, portanto eu começo a aconselhar desde já o Sr. Presidente da Câmara, recomendação que faço aqui à pessoa do Sr. Vice-Presidente da Câmara, no sentido de, para além da gravação áudio, começar a fazer também a gravação vídeo, sob pena de continuarem a imputar ao Sr. Presidente da Câmara uma política de posso, quero e mando.

Depois, em jeito de resposta, para referenciar aqui, que eu fiz, salvo o erro na última Assembleia Municipal, uma intervenção que tinha a ver com a existência de um plano estratégico para Mirandela e exibi na altura até um livrinho que toda a gente devia ter em casa, mas que parece que alguns não têm. Devo em bom rigor, esclarecer duas situações. Isto porquê? Porque o Sr. Vereador da oposição, Arquitecto Nuno Sousa, faz referência expressa a essa situação numa acta da Câmara, à qual eu tive acesso e que foi aprovada e portanto julgo que também não levantará grandes problemas. Primeiro para dizer que eu exibi esse documento não para interpelar o Sr. Dr. Hernâni Rodrigues, exibi esse documento para interpelar o Sr. Presidente da Câmara e sobretudo para lhe deixar aqui um apelo no sentido de ser exibido o plano estratégico por parte do Sr. Vereador Hernâni Rodrigues. Os apelos eram tão reiterados e eu li-os tantas vezes nas actas da Câmara, que entendi que devia fazer um apelo ao Sr. Presidente da Câmara, que tivesse um acto de grande generosidade e finalmente exhibisse esse plano ao Sr. Vereador. Portanto não interpelei o Sr. Vereador, mas sim o Presidente da Câmara. Mas o assunto que me traz aqui, que eu considero mais importante, tem a ver com a circunstância desse Sr. Vereador considerar e passo a citar, que existiu da minha parte, uma privilegiada e ilegítima utilização de assuntos discutidos em reunião de Câmara. Refere-se esse Sr. Vereador, à circunstância de eu ter mencionado um assunto que foi objecto de discussão na Câmara Municipal, sem que a respectiva Acta, fosse aprovada. Eu desafio aqui o Sr. Vereador que se considerar, como diz considerar e está documentado em acta e se não considera então que diga que não considera, que houve uma utilização abusiva, ilegítima e privilegiada, que participe de mim ao Ministério Público para prestar declarações por violação de um qualquer segredo. É que na minha opinião é estranho que o Sr. Vereador pense assim. O Sr. Vereador confundiu aquilo que se passa numa reunião da Câmara, com aquilo que se passa num inquérito que é tutelado pelo Ministério Público e aí sim há segredo de justiça e as pessoas que participam em diligências e actos processuais desse inquérito, não podem revelar, porque se revelarem, cometem realmente um crime de violação de segredo de justiça. As reuniões da Câmara, porque os assuntos que lá são discutidos são de interesse para todos e fico espantada, seriamente surpreendida com a posição do Sr. Vereador, tanto mais que fiquei a saber que a comunicação que o Sr. Vereador faz na Comissão Política do CDS e aos Deputados Municipais do CDS em relação aos assuntos que trata na reunião da Câmara, dependem da aprovação da acta, ou seja, enquanto a acta não estiver aprovada, os Srs. Membros da Comissão Política e os Srs. Deputados Municipais, por sinal, considerando que isto é uma informação privilegiada e secreta, não tem acesso à mesma. Nós aqui temos outro procedimento. O Grupo Municipal do PSD tem, como é bem sabido, um óptimo relacionamento com os vereadores e naturalmente que se pretende inteirar em tempo útil daquilo que são as questões



levantadas nas reuniões do Executivo. Nessa medida, nós, Grupo Municipal do PSD, Deputados Municipais do PSD, não aguardamos a aprovação das actas, para saber aquilo que foi objecto de discussão. Portanto o Sr. Vereador Arquitecto Nuno Sousa que tem massacrado o Director do Departamento com essa questão, devia ponderar e porventura seria até mais fácil ter-me perguntado a mim como é que eu soube e eu dizia-lho logo e portanto escusava de haver esta interpelação sistemática nas Actas. Por outro lado, os próprios Srs. Vereadores, já agora do CDS, comentam abertamente o que se passa nas reuniões, eu tive oportunidade de partilhar o mesmo espaço físico, ouvindo comentar aquilo que se passou na reunião, porventura essa informação até adveio de alguns comentários que eu ouvi. Fica dito.

**Deputado Municipal Rui Sá (PSD):**

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Executivo, restantes Vereadores, Caros Colegas, Srs. Deputados Municipais.

Gostaria também, à semelhança do que fez o Sr. Eng.º Baltazar, de dar os parabéns ao Executivo pelo salto qualitativo e pela preocupação demonstrada em fazer chegar informação via E-Mail, em tempo útil e a baixo custo. Aproveitando isto, tira-se a conclusão que estão dotados de uma equipa de informáticos capazes e aproveitava o facto para sugerir ao Executivo que há uma necessidade premente de a Câmara Municipal portanto estar dotada de uma equipa capaz para dar o apoio necessário às Juntas de Freguesia e digo a todas as Juntas de Freguesia, para que se dotem dos meios informáticos necessários à prossecução das tarefas que nos estão confiadas e dizendo que a mim não chega só o apoio que têm dado na compra de um computador ou na compra de uma impressora, é necessário assegurar o funcionamento e digo quando se trata de funcionamento informático, preocupa-nos muito, porque ninguém domina na totalidade.

É verdade e tenho que dar também os parabéns ao Sr. Vereador Dr. Maçaira pela preocupação que tem tido neste campo, posso até adiantar que se disponibilizou e cumpriu, foi à minha Freguesia dar-me apoio neste sentido, mas não será justo continuar a solicitá-lo para me dar apoio sempre que eu encravo, passo a expressão, o computador da Junta de Freguesia. As Juntas de Freguesia já desde 2002 que são obrigadas a apresentar a sua contabilidade elaborada segundo as regras do POCAL. É certo que algumas Juntas não a organizam ainda segundo as regras do POCAL, mas cada vez mais a DGAL, Direcção Geral das Autarquias Locais, solicita dados que só através do POCAL se lhe consegue dar reposta. Perante isto e devido à oferta do mercado de várias aplicações de POCAL de várias empresas que os concebem, solicito à Câmara Municipal apoio técnico para a escolha de aplicação apropriada para de futuro nos disponibilizarem apoio técnico a nível contabilístico e nós sabemos que esse apoio será muito difícil de prestar se cada junta tiver uma, conseguirmos que as Juntas que ainda não o têm, comprem de forma a que sejam iguais.

Há também Juntas de Freguesia que têm meios humanos capazes se tiverem formação para operar com o POCAL, pelo que solicito a organização de acções de formação nesse sentido, desde já eu disponibilizo-me para frequentar uma.

Mudando um pouco de assunto e visto que ainda ninguém falou de educação e porque me preocupam as indefinições a que o Governo nos habituou para o sector, gostaria de questionar o executivo sobre a problemática do encerramento ou não das escolas do primeiro ciclo. Parece-me ser já altura de nos darem algumas dicas sobre as que ficam e sobre as que não ficam, parece-me que é hoje o dia em que é divulgada a lista de colocação de professores e será uma belíssima altura para nos darem algumas dicas dobre isto. Tenho dito.

**Deputado Municipal Aníbal Garcia (CDS/PP):**

Vou ser breve e apenas para e na qualidade de membro da direcção do Aero clube, uma vez que não está o Sr. Presidente, eu pedia ao Sr. Eng.º Branco, Vice Presidente da Câmara, se seria possível dar-me notícia, para quando o alcatroamento da pista está previsto, tivemos uma reunião e eu fiquei incumbido de aqui abordar o problema. É porque se avizinham os fogos e o aeroclube só beneficiaria, porque está interdita a descolagem e aterragem do nosso avião no macdame. Queria ver se o Sr. Engenheiro faria o favor de me informar para quando, porque o Verão está a chegar à porta e aproveitávamos porque é uma forma de podermos manter o nosso Aero clube.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal:**

Ora bem, eu vou começar por responder à intervenção do deputado Zé António, dizendo-lhe que as negociações com a Câmara e com a CP reportam-se já há bastante tempo, como sabe,



nomeadamente pelas intervenções que já foram feitas, enfim, o princípio que temos já da obtenção daqueles terrenos para nós e a intervenção naquela zona, a intervenção que já foi feita e nomeadamente através, enfim da negociação de duas locomotivas para serem instaladas no espaço. A CP é uma casa com formas bastante difíceis de trabalhar, a CP e a Refer, posso-lhe dizer que dia 9 temos uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração em Lisboa, eu e o Presidente da Câmara, onde iremos abordar vários assuntos e nitidamente este é um deles, uma vez que o Museu Ferroviário neste momento, desenvolve ainda tarefas no princípio que irá ser. Logicamente no Entroncamento tem que haver um Museu Ferroviário. Agora neste momento a questão que se põe para nós mais grave, é de forma definitiva resolver o problema da envolvente da CP e tal como foi dito vai ser feito um Plano de Pormenor para aquela zona e a curto prazo, pensamos nós, já tivemos disponibilidade em determinada altura a locomotiva, mas depois por motivos internos não chegou a ser fornecida, que tenhamos uma locomotiva para colocar ao lado dos depósitos, como memória, exactamente ao ferroviário e em relação à questão do Museu, seria extemporâneo falar de qualquer assunto neste momento, sob o risco, de como digo está a ser negociado, tem sido falado, a Câmara como outras julgo eu, tem falado com os responsáveis e os responsáveis não-de tomar a decisão efectiva, na altura que considerarem correcta.

Em relação ao Rui Sá, dizer-lhe que, é verdade a questão do apoio informático, já houve uma candidatura realizada pelo GAT para a aquisição das aplicações de POCAL e houve formação, só que as aplicações adquiridas pelo GAT nunca funcionaram. Isto tem causado graves problemas, nós sabemos, têm residido nas costas do Dr. Maçaira desde que ele tomou posse, mas é evidente que isso é impossível. Também há os projectos de modernização administrativa que foram aprovados que também ainda não estarão a funcionar como nós gostaríamos em termos da ligação das redes de wifi e do resto dos computadores, enfim, também estamos neste momento mais virados para os recursos internos mas brevemente poderemos contar com esses serviços. O assunto está a ser tratado. A questão da Educação irá responder a Dr.ª Gentil, termino só, dizendo ao Sr. Garcia, que deve haver algum problema de comunicação no Aero clube porque quem está a coordenar o processo de análise de propostas para a pavimentação, é o Aero clube, isto é, a Câmara Municipal tem um protocolo estabelecido, é quem está a fazer o processo, mas quem participa nesse processo são os dirigentes do Aero clube. Há um dia marcado para a abertura das propostas. Há um dia depois da abertura das propostas que são analisadas as propostas, eles têm conhecimento de todo esse processo, lidam directamente com os funcionários, pelo que eu essa interrogação não a compreendo, vindo de alguém do Aero clube, claro que a compreenderia, vindo de um Deputado Municipal. Esse processo está em curso já há seis meses, há datas já mais ou menos rígidas, não podemos garantir que algumas não deslizem um dia ou outro, mas a data de abertura de propostas está marcada, não a tenho de cabeça, mas com uma consulta rápida aqui, digamos, aos meus apontamentos, era capaz de lhe dizer até o dia em que vão ser abertas as propostas, por isso o Aero clube tem conhecimento que nesse dia tem que estar lá algum representante presente. A Dr.ª Gentil irá responder na questão da educação, uma vez que é ela a responsável por esse sector.

**Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Gentil Vaz:**

Em resposta à pergunta que foi feita sobre a Educação, eu informo que a Carta Educativa está já concluída, foi já aprovada no Conselho Municipal da Educação, ela está à disposição para ser consultada no sector da educação, para quem quiser e só ainda não veio à aprovação da Assembleia Municipal, porque há umas pequenas rectificações, nem são alterações a fazer que foram propostas no Conselho Municipal da Educação, se bem que foi aprovada, ou seja, está aprovada a construção dos novos centros escolares. Entretanto sabemos que há uma fase intermédia e que consiste na continuidade da abertura das escolas, as chamadas escolas de acolhimento e eu digo já aqui, que foram aprovadas pela DREN todas as escolas que propusemos e que foram já sabem, discutidas com o Presidente de Junta, com o Conselho Municipal da Educação, com a Autarquia, todas elas foram aprovadas, portanto fica já aqui essa informação. A carta só não veio para aqui hoje como já disse, para aprovação, porque há aquelas pequenas rectificações e para vir o documento já devidamente elaborado. Aguardamos pela próxima Assembleia, uma vez que a DREN nos informou que bastava enviarmos esta versão prévia até ao dia 30 de Abril, para podermos ser contemplados com a verba do 4º Quadro Comunitário de Apoio. Portanto, quem quiser pode consultar no Sector da Educação, em relação aos Presidentes de Junta ou qualquer elemento da Assembleia ou da Comunidade.

Não houve inscrições.

Temos agora a Moção da CDU, que eu vou ler a parte final que diz "Saudar os Capitães de Abril e exigir da parte do Governo medidas concretas, com vista ao desenvolvimento da nossa região, designadamente entre outras, a instalação da Direcção Regional de Agricultura do Norte, em Mirandela, a manutenção da maternidade de Mirandela um melhor apetrechamento do Hospital de Mirandela, em meios técnicos, financeiros e humanos e a construção de instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPB".

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Se me for permitido, enfim é discutível se é ou não, também não conheço o Regimento de cabeça, mas em todo o caso se me for permitido, o que o Grupo Municipal do PSD pretendia era no fundo associar-se a estas saudações aos Capitães de Abril e naturalmente dizer que todo o Grupo Municipal do PSD se revê nesta Moção e que por isso mesmo a irá aprovar.

**Votação:**

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor..... 58

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pela CDU.**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Temos aqui uma Recomendação que foi apresentada pelo CDS/PP, que eu lembro a esta Assembleia que consta de três pontos distintos.

1.º Ponto: recomenda que o Governo promova a consulta às Associações que representam as Autarquias, nomeadamente a Associação Nacional de Municípios, a Anafre e audição das Assembleias Municipais;

2.º Ponto - recomenda ao Executivo Camarário, a Câmara Municipal de Mirandela, que promova um debate alargado, envolvendo as freguesias do Concelho;

3.º Ponto - recomenda que seja constituída uma comissão de acompanhamento, isto é para a Assembleia, composta por Deputados Municipais e Presidentes da Junta, representando os grupos políticos para que seja interlocutor privilegiado do debate e de todo o processo de acompanhamento de organização administrativa.

**Deputado Maximino Monteiro CDS/PP:**

Sr. Presidente, não queria dar-lhe realmente o cunho de Proposta inicialmente, foi apenas como Recomendação, porque eu também compreendo que é um pouco extemporânea esta questão. De qualquer modo, era apenas uma recomendação. Uma vez que há este desiderato, então nesta altura vamos baptizá-la de Proposta e vamos votá-la.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Passamos à votação.

**Votação:**

Votos Contra.....49

Abstenções .....0

Votos a Favor ..... 9

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, rejeitar a Proposta apresentada pelo CDS/PP.**

**Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Eu votei contra a recomendação transposta para Proposta, porque de facto tem pontos de Recomendação e tem pontos de Proposta e eu não posso votar uma Proposta que recomenda à

Assembleia da República que recomende ao Governo, como sendo uma Proposta. Não posso. Por isso é que votei contra.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

Temos aqui também uma Moção que é apresentada pelo Deputado Vasco Aníbal que recomenda ou que sugere, propõe que nas próximas sessões da Assembleia Municipal sejam efectuadas diligências no sentido de estimular a presença de jovens das diversas escolas do Concelho e do respectivo corpo docente. Enfim, eu julgo que é uma Proposta, poderia ser votada mas que já fazia parte dos nossos empenhos e das nossas intenções e que inclusivamente a Mesa já tem alguns exemplos do antecedente em que convidou escolas e corpos docentes, de qualquer modo ela é bem vinda e é perfilhada por todas as pessoas, no caso de haver alguém discordante, tem agora oportunidade de se manifestar. Podemos então votar esta Proposta.

**Votação:**

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....58

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade a aprovação da Moção apresentada pelo Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha.**

E chegamos ao fim, eu aproveitava para dizer a esta Assembleia que logo à tarde o Senhor Primeiro Ministro inaugura um laboratório de veterinária na Quinta do Valongo, Direcção Regional de Agricultura e pedia a comparência para a Vigília do próximo dia 6.

Não havendo mais nada a tratar, como Presidente da Assembleia Municipal, dou a sessão por encerrada.

Mirandela, 28 de Abril de 2006

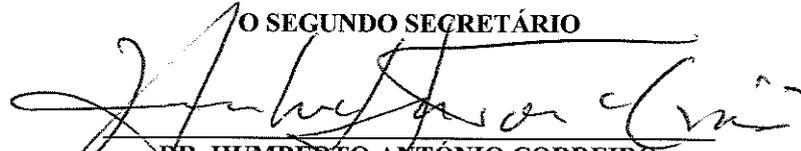
**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO**

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**

  
\_\_\_\_\_  
**JORGE MANUEL PEREIRA**

**O SEGUNDO SECRETÁRIO**

  
\_\_\_\_\_  
**DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO**